

PLANO DE GOVERNO 2021-2024

O RIO TEM OPÇÃO

PREFEITO: LUIZ LIMA | VICE: FERNANDO VELOSO



COLIGAÇÃO O
RIO TEM OPÇÃO:
PSL - PSD

RIO DE JANEIRO,
SETEMBRO DE 2020





CARTA AO RIO DE JANEIRO

Sou carioca e amo minha cidade. Nasci há 42 anos em Campo Grande, morei no Grajaú, em Laranjeiras e vivo há 19 anos na Barra da Tijuca. Minha filha nasceu aqui, onde imagino que também nascerão meus netos. Como atleta, conheci muitas cidades do mundo. Mas nenhuma tão linda, tão cheia de contrastes e curvas como o Rio de Janeiro.

Esculpido pela mão de Deus, o Rio é sensorial. Tropical, tem sol o ano todo. Possui ao mesmo tempo a energia do mar e da montanha, a maior floresta urbana do mundo, mil tons de verde e azul. Aqui, ouvimos e dançamos bossa nova, samba, funk, os hinos das torcidas no Maracanã e os cantos das igrejas. A mistura de tudo isso nos faz únicos. A hospitalidade corre em nossas veias.

O Rio é mais do que a capital do estado do Rio de Janeiro. É a cidade mais famosa da América do Sul. Quando o estrangeiro ouve o nome do nosso país, lembra-se logo da nossa cidade, imaginando inclusive que ela ainda é a capital da nação, status que ostentou por 200 anos de história. Ela continua a ser referência na moda, no esporte, na música, na cultura. No entanto, também são conhecidos seus muitos problemas, que têm se agravado ao longo do tempo.

A cidade vem sendo maltratada, assim como o seu povo, servido por uma rede de transportes, saúde e educação de qualidade abaixo do que desejamos. Sofre, também, a natureza. Nossos rios, lagoas e mares poluídos não são somente um atentado ao meio ambiente, mas uma sentença de morte para o turismo, uma das indústrias mais poderosas do mundo e nosso maior ativo.

A questão do planejamento urbano/habitação está entre os nossos principais problemas. Segundo estudo do Instituto Pereira Passos (IPP), 139 dos 162 bairros cariocas tinham favelas em 2018. Ou seja, quase 86% dos bairros possuem moradias precárias, reflexo da carência de infraestrutura e ações do poder público nesse sentido. É compreensível: na falta de opções planejadas, as pessoas improvisam suas próprias soluções.

De acordo com dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, um em cada cinco moradores da cidade do Rio vivia em favelas: eram 1.393.314 pessoas, muitas vezes ocupando encostas, correndo risco de vida e sob o jugo do tráfico ou das milícias. De lá para cá, a situação só se agravou.

O Estado do Rio tem um histórico de altos e baixos econômicos, com reflexos na sua capital. Até o século XIX, éramos o maior produtor e exportador de café do Brasil, condição perdida para São Paulo a partir de 1883, pela incompetência dos fazendeiros locais em lidar de forma sustentável com a terra.

Depois, veio a transferência da capital para Brasília, em 1960, sem qualquer compensação financeira. Quando Bonn perdeu, em 1989, o posto de capital da Alemanha para Berlim, a cidade passou a receber uma indenização anual de 1,5 bilhão de euros, vitalícia. O Rio, nem um biscoito Globo.

Já tentaram levar nossos royalties do petróleo – decisão que continua sub judice no STF. Não demora, a matriz energética do mundo muda e o pré-sal passará a valer quase nada.



O Rio precisa aproveitar, conectar e investir naquilo que nunca ninguém vai conseguir tirar de nós, cariocas – a sua beleza, a sua natureza exuberante, a sua cultura contagiante, o carnaval, a sua criatividade, a capacidade de trabalho do seu povo, o fato de ter em seu território as melhores universidades do Brasil, institutos de tecnologia de ponta, a inteligência reunida numa só cidade.

O futuro prefeito tem que ter uma visão moderna de mundo, capaz de conectar os diversos atores para tirar o Rio do fundo do poço a que chegou. Precisarão trabalhar de forma harmônica com os governos federal e estadual para garantir segurança nas ruas e a retomada dos investimentos. Deverão ser um agente facilitador, e não “atrapalhador” da iniciativa privada. A burocracia afasta a vontade das pessoas de empreender. Não podemos desperdiçar nenhuma contribuição nunca, ainda mais neste momento.

Ao mesmo tempo, o futuro prefeito terá que cortar na carne. Segundo relatório do TCM, desde o ano de 2016 a prefeitura gasta mais do que arrecada, e, nesse ritmo, caminha a passos largos para a insolvência.

Será preciso um choque fiscal na máquina pública para que possamos resgatar nossa capacidade de investimento. A folha terá de ser enxugada, e as receitas, incrementadas – porém, sem aumento de impostos. Eficiência é a meta. O número de funcionários comissionados será menor, mas eles terão de ser mais técnicos, dedicados e capazes de entregar serviços à população. Contratos com fornecedores terão de ser renegociados em até 25%, sem, entretanto, que se descuide das nossas 1.540 escolas e 650 mil alunos; sem relegar a saúde, a segurança e o cuidado com a cidade e o meio ambiente a um segundo plano.

Num cenário pós-pandemia, em que o desemprego grassa e a perda de renda se faz sentir em todos os estratos sociais, teremos que ser colaborativos e criativos. E envolver todos os atores, poder público, Câmara dos Vereadores, universidades, sociedade civil organizada, empresários, num grande concerto a favor do Rio.

O que me motiva a ser prefeito da cidade onde nasci é a confiança de que é possível fazer o certo, do jeito correto. Quero ver outros cariocas como eu orgulhosos do seu crachá de carioca. E mostrar ao mundo que, apesar dos esforços que a classe política tem feito nos últimos anos para destruir a nossa fé, o Rio é maior.

Este plano de governo reúne não apenas as nossas melhores intenções. É fruto de estudos e conversas com técnicos, entidades, partidos e cariocas que, como eu, acreditam que é possível dar a volta por cima.

É hora de fazer do Rio novamente uma cidade maravilhosa, conectada com a modernidade e sustentável.

Conto com vocês nesse grande projeto!

Luiz Lima



A ALIANÇA PSL – PSD

*A cidade do Rio de Janeiro acima
de tudo, Deus acima de todos.*

A decisão do PSL e do PSD de caminharem juntos na eleição para prefeito do Rio deste ano (2020) foi tomada com base na identidade de ideias, diagnóstico, estratégias e soluções para os problemas da cidade.

O compromisso assumido é no sentido de oferecer o que há de melhor em gestão pública eficiente e transparente, programas sociais, saneamento das finanças, geração de emprego e renda, segurança e combate à corrupção, a partir do trabalho em conjunto de duas equipes que estavam dedicadas a pensar a cidade do Rio de Janeiro.

O PSD apresentou para o cargo de vice-prefeito o nome do delegado Fernando Veloso, com larga experiência na área da segurança pública; um quadro técnico que irá contribuir decisivamente para o combate ao crime de forma integrada com as polícias e demais órgãos de inteligência e segurança, tanto do estado do Rio quanto do governo federal. O carioca não suporta mais tanta violência.

Para devolvermos a esperança ao povo da cidade do Rio, que vive uma sucessão de desilusões em relação à política e aos governos, precisamos fazer o correto desde o início da campanha, com um acordo político limpo, programático, transparente e capaz de oferecer a melhor proposta para que o eleitor perceba que, desta vez, o Rio tem opção.

Deputado estadual Alexandre Knoploch

Presidente do diretório municipal do PSL

Deputado federal Hugo Leal

Vice-presidente estadual do PSD



SUMÁRIO

Introdução	6
Áreas temáticas	8
1. Situação fiscal	8
2. Governança e compliance	17
3. Saúde	21
4. Educação	26
5. Economia	30
• Indústria	31
• Comércio e serviços	33
• Emprego e renda	35
6. Ciência, tecnologia e inovação	38
7. Turismo	42
8. Meio ambiente	47
9. Cultura	52
10. Esporte, lazer e legado olímpico	58
11. Segurança e Guarda Municipal	66
12. Cidade, urbanismo e mobilidade	70
13. Habitação	77
14. Desenvolvimento social	82



INTRODUÇÃO

Ao estabelecer previamente os **princípios e os valores** como **compromissos**, vincula-se não somente o governante, mas a conduta de todo o secretariado, servidores e agentes da prefeitura a uma determinada **matriz de comportamento**.

Ao me candidatar ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, estou ao mesmo tempo subscrevendo, entre outros, os seguintes princípios da administração pública e valores humanos:

1 – **Transparência** – Mecanismo de publicização máxima de atos administrativos de qualquer natureza ou fundamento, garantindo o acesso à informação a cidadãos, órgãos de imprensa, instituições de controle interno e externo e qualquer pessoa física ou jurídica nacional ou internacional que tenha legítimo interesse.

2 – **Cidadania plena com gestão participativa** – Desenvolvimento e utilização efetiva de plataformas seguras e de fácil acesso voltadas à valorização da opinião popular, identificando críticas e divergências e sistematizando, através de mecanismos de inteligência artificial, as ações de fiscalização e a demanda por serviços públicos, que serão amplamente garantidos à população em geral. O carioca será cidadão todos os dias, e não apenas durante as eleições.

3 – **Eficiência no gasto público** – Exigência de que as ações de governo, sejam elas programas, projetos ou atividades finalísticas, tenham objetivos claros, com definição dos indicadores de processo e de resultado (impacto), e rigoroso monitoramento e avaliação, sendo os resultados amplamente divulgados.

4 – **Combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos** – Determinação de que preço, quantidade e qualidade dos produtos e serviços adquiridos pelo governo municipal sejam duplamente verificados por diferentes equipes, compostas, em sua maioria, por servidores de carreira da administração municipal. Realização de auditoria, em tempo real, da execução orçamentária, prestações de contas, dispensas e inexigibilidades de licitação. Articulação com o Ministério Público Estadual e Federal para acompanhamento da gestão, fortalecendo a atividade destas instituições. Estreitamento da relação institucional entre prefeitura e Tribunal de Contas do Município, observando as análises técnicas produzidas pelas equipes de inspeção daquele órgão de controle e buscando o pleno cumprimento das suas decisões.

5 – **Impessoalidade administrativa e equidade** – Garantia da competitividade nos processos de compras governamentais, da ordem cronológica dos pagamentos e da sintonia entre pareceres técnicos e atividades de fiscalização sob a responsabilidade da prefeitura. Valorização dos concursos e processos seletivos, assegurando a inexistência de acessos privilegiados, favorecimentos ou discriminações negativas de qualquer tipo. Garantia do acesso aos serviços públicos e aos programas sociais por aqueles que mais precisam, implantando mecanismos transparentes de elegibilidade dos mais vulneráveis.

6 – **Humanização da prestação de serviços públicos** – Personalização em busca da valorização das diferenças, enxergando as pessoas como indivíduos e preconizando o atendimento de forma compatível e na medida de suas necessidades subjetivas.

7 – **Prioridade ao pleno funcionamento do que já existe** – Não faz sentido concentrar a despesa pública em projetos ou obras, abandonando ou comprometendo a qualidade dos equipamentos e dos serviços públicos que já existem, na medida em que o povo precisa de seu funcionamento com qualidade e eficiência.



8 – **Compromisso com a democracia participativa**, a dignidade da pessoa humana, o bem-estar social e com a educação criativa como mecanismo de transformação da sociedade e de desenvolvimento humano.

9 – **Planejamento das atividades do governo observando-se a necessidade de pensar além das fronteiras temporais da gestão**, projetando o contexto e a demanda social em médio e longo prazo. No mesmo diapasão, busca pelo equilíbrio das contas públicas de maneira sustentável, sem comprometer o futuro da cidade, tendo como fundamento de gestão a criação de uma sociedade mais justa e solidária, dotada de uma cidadania independente, empática, responsável, consciente e crítica.

A 1 Euro coin is positioned on the right side of the image, resting on a financial chart. The chart features a grid and a black line graph. A white rectangular box is centered in the lower half of the image, containing the text 'SITUAÇÃO FISCAL' in a bold, white, sans-serif font. The background is a dark, blue-tinted image of a financial document.

SITUAÇÃO FISCAL



SITUAÇÃO FISCAL

DIAGNÓSTICO

O cenário fiscal do município inspira cuidados, ainda que haja a possibilidade de recuperação da receita (em ritmo lento) nos próximos anos. A arrecadação do ano passado ficou em R\$ 26 bilhões, mas as despesas bateram R\$ 31,6 bilhões, impactando negativamente a gestão da “máquina” e pressionando fortemente a dívida consolidada, que, segundo a Controladoria Geral do Município, chegou a R\$ 15 bilhões em 2019.

O orçamento aprovado pela Câmara Municipal para 2020 prevê equilíbrio entre receita e despesa (R\$ 32 bilhões), patamar impossível de ser alcançado, em função do forte descontrole administrativo aliado à desaceleração econômica causada pela pandemia da covid-19.

A maior parte da receita vem de ISS (30%), tarifa que depende fortemente do momento econômico, e IPTU (17%). As transferências de entes federativos seguem com 43%, com mais 10% advindos de outros tributos, especialmente o ITBI, também fortemente dependente da atividade econômica geral.

No primeiro quadrimestre deste ano, a arrecadação do ISS foi de R\$ 1,6 bilhão, contra R\$ 1,8 bilhão arrecadados no mesmo período do ano passado, ou seja, uma queda nominal de 12%. O ITBI, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, também teve a receita reduzida: de R\$ 174 milhões para R\$ 167 milhões em dados comparáveis.

Ainda não se tem estimativa precisa sobre o impacto que a pandemia causará sobre o PIB, mas há indicativos de que a economia poderá recuar mais do que o inicialmente imaginado. Alguns economistas estimam uma retração entre 10% e 14% em 2020, dependendo do tempo que for necessário para controlar a crise sanitária.

Mesmo em um improvável cenário positivo para 2021, com a economia crescendo de 3% a 4%, a receita pode se igualar à de 2014, mas as despesas deverão consumir entre 88% e 92% da arrecadação. Há risco de a despesa crescer em um ritmo superior ao observado nos últimos dois anos (7% anual). E, se isso ocorrer, as dívidas podem tornar o município inadimplente, com consequências graves sobre sua capacidade de pagamento e contratação. Haverá risco de insolvência e somente com ajuda federal o município poderá se manter ativo.

Somente em despesas não empenhadas (em sua maior parte, relativa a contratação de fornecedores e compra de material), há R\$ 1,5 bilhão, segundo dados do TCM/RJ.

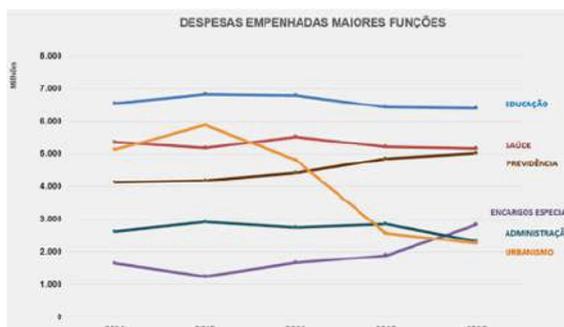
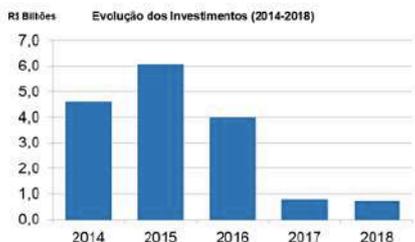
O descontrole, a falta de transparência na gestão da dívida e, sobretudo, a ausência de um ordenamento dos credores do município abre caminho para a corrupção, que tanto nos indigna.

Noutro lado, a inércia do governo atual comprometeu severamente a prestação dos serviços ao cidadão, o que é evidenciado pela drástica redução dos investimentos da prefeitura nos últimos anos:



COORDENADORIA DE AUDITORIA E DESENVOLVIMENTO

Evolução da Despesa Orçamentária



De qualquer modo, as despesas deverão crescer em ritmo desproporcionalmente acelerado, mesmo que todas as possibilidades de aumento de receitas sejam exitosas. Os gastos com pessoal (76% em 2019) comprometem o orçamento e crescem proporcionalmente muito mais que a receita.

De acordo com dados do TCM, a despesa total com pessoal do Poder Executivo em 2019 correspondeu a 54,32% da receita corrente líquida, ultrapassando o limite de 54% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Se essa readequação não for feita rapidamente, o Rio de Janeiro poderá sofrer restrições muito danosas para nossa economia. Entre as capitais, estamos em primeiro lugar entre os municípios com maior comprometimento da sua receita corrente líquida com despesa bruta de pessoal.

A folha municipal supera o valor de R\$ 1 bilhão ao mês, com quase 60% de servidores ativos e 40% de aposentados e pensionistas. A maior parcela dos servidores ativos está perto de se aposentar. Acima de 50 anos, há mais de 33 mil pessoas.

1. Composição da Folha de Pagamento de Pessoal do Município do Rio de Janeiro

O Poder Executivo apresentou, no mês de dezembro/2019, as seguintes despesas com servidores ativos, aposentados e pensionistas, englobando a Administração Direta e a Indireta:

	Qt. de Servidores	Part. %	Despesa com pessoal (R\$)	Part. %
Ativos	125.090	59,1%	607.906.466	59,3%
Aposentados	72.349	34,2%	356.723.367	34,8%
Pensionistas	14.173	6,7%	60.949.755	5,9%
Total	211.612	100%	1.025.579.588	100%

TABELA 1: QUANTIDADE E DESPESA COM SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS



Dos mais de 120 mil servidores ativos, 91 mil estão na administração direta e 33 mil, na administração indireta.

Da quantidade total de servidores, 93,3% correspondem aos ativos e aposentados, que representam 94,1% dos gastos.

	Qt. de Servidores	Part. %	Despesa com pessoal (R\$)	Part. %
Adm. Direta	91.653	73,3%	480.473.172	79,0%
Adm. Indireta	33.437	26,7%	127.433.294	21,0%
Total	125.090	100%	607.906.466	100%

TABELA 2: QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS E DESPESA MENSAL

Os cargos comissionados saltaram de 5.300 em 2016 para mais de 5.700 em 2019:

2.17. Ocupação dos Cargos em Comissão segundo a natureza do vínculo

Dez/2016

Referência	Valor (R\$)	Ocupação Quantitativo		
		Efetivos	Não Efetivos	Total
A-DAS6	1.567,46	657	835	1.492
D-DAS6	1.741,80	1.958	160	2.118
A-DAS7	2.239,46	203	116	319
D-DAS7	2.488,48	298	60	358
A-DAS8	3.199,34	89	62	151
D-DAS8	3.554,76	261	74	335
A-DAS9	3.554,76	55	51	106
D-DAS9	3.949,98	182	83	265
DAS10	7.775,68	7	1	8
DAS10B	9.719,68	58	40	98
DAS10A	12.149,46	42	56	98
Secretário	15.187,00	3	15	18
Vice Prefeito	15.187,00	0	1	1
Prefeito	18.983,96	0	1	1
-	Total	3.813	1.555	5.368

TABELA 19: OCUPAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO SEGUNDO A NATUREZA DO VÍNCULO



Dez/2019

Referência	Valor (R\$)	Ocupação Quantitativo		
		Efetivos	Não Efetivos	Total
A-DAS6	1.695,56	671	1.085	1.756
D-DAS6	1.884,10	1.947	127	2.074
A-DAS7	2.422,42	191	147	338
D-DAS7	2.691,78	387	68	455
A-DAS8	3.460,72	98	87	185
D-DAS8	3.845,18	186	71	257
A-DAS9	3.845,18	61	51	112
D-DAS9	4.272,70	179	76	255
DAS10	8.410,96	58	22	80
DAS10B	10.513,78	73	44	117
DAS10A	13.142,08	50	35	85
Secretário	16.427,78	8	9	17
Vice Prefeito	16.427,78	0	0	0
Prefeito	20.534,94	0	1	1
-	Total	3.909	1.823	5.732

TABELA 20: OCUPAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO SEGUNDO A NATUREZA DO VÍNCULO

Analisando apenas os dados de dezembro de 2016 e dezembro de 2019, observa-se que, em ambos, mais de 66% estão ocupando cargos de referência DAS6.

Os cargos de maior hierarquia possuem menor número de servidores, é o caso do DAS 10, do DAS 10A e do DAS 10B, com apenas 1,3%, 2,0% e 1,5%, respectivamente.

Os servidores efetivos alcançam 84,9% do quadro, enquanto os estranhos aos quadros correspondem a 11,9%, havendo 1,2% submetidos à CLT.

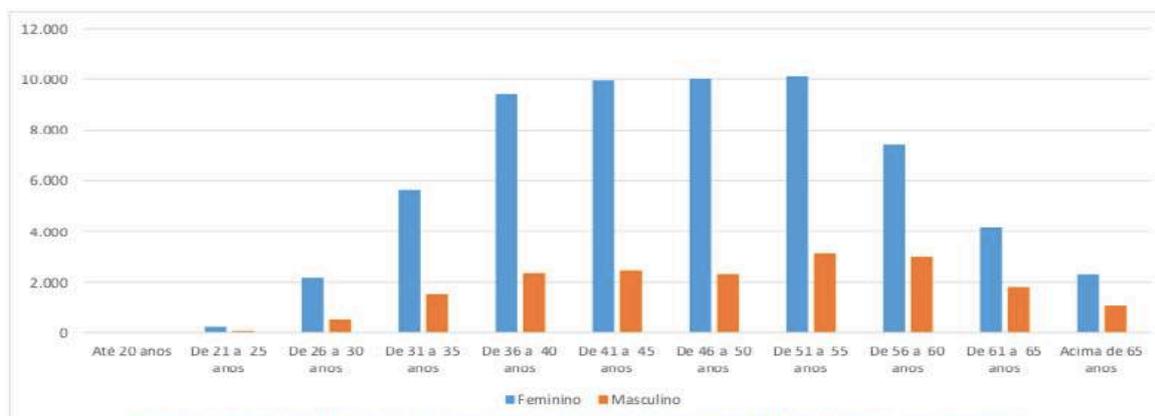
2.9. Distribuição de Estranhos aos Quadros por faixas de remuneração

Faixas de Remuneração	Estranhos aos Quadros – Adm. Direta		
	Qt. de Servidores	Part.%	Part.% Acum.
Até 1.000	8.871	81,6%	81,6%
De 1.001 a 2.000	345	3,2%	84,8%
De 2.001 a 3.000	258	2,4%	87,1%
De 3.001 a 4.000	218	2,0%	89,2%
De 4.001 a 5.000	280	2,6%	91,7%
De 5.001 a 6.000	135	1,2%	93,0%
De 6.001 a 7.000	150	1,4%	94,4%
De 7.001 a 8.000	87	0,8%	95,2%
De 8.001 a 9.000	79	0,7%	95,9%
De 9.001 a 10.000	56	0,5%	96,4%
De 10.001 a 11.000	57	0,5%	96,9%
De 11.001 a 12.000	57	0,5%	97,4%
De 12.001 a 13.000	40	0,4%	97,8%
De 13.001 a 14.000	45	0,4%	98,2%
De 14.001 a 15.000	24	0,2%	98,4%
De 15.001 a 16.000	43	0,4%	98,8%
Acima de 16.000	126	1,2%	100%
-	10.871	100%	-

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DE QUANTIDADE DE ESTRANHOS AOS QUADROS SEGUNDO AS FAIXAS DE REMUNERAÇÃO



Dos servidores efetivos, 77% são do gênero feminino.



A educação responde por 61% do pessoal, enquanto a saúde, por 26,6%; a assistência social responde por 1,4%, e a Casa Civil, por 2,1%:

Secretaria / Órgão	Qt. de Servidores	Part. %	Despesa com pessoal (R\$)	Part. %
Educação	56.066	61,2%	287.897.906	59,9%
Saúde	24.347	26,6%	89.928.174	18,7%
Casa Civil	1.896	2,1%	14.735.239	3,1%
Assistência Social	1.306	1,4%	10.571.963	2,2%
Fazenda	1.289	1,4%	23.157.929	4,8%
Procuradoria Geral	699	0,8%	7.187.283	1,5%
Infraestrut. e Habitação	456	0,5%	5.038.556	1,0%
Urbanismo	414	0,5%	3.792.854	0,8%
Transportes	378	0,4%	3.039.581	0,6%
Controladoria Geral	228	0,2%	4.581.293	1,0%
Demais áreas	4.574	5,0%	30.542.394	6,4%
Total	91.653	100%	480.473.172	100%

TABELA 3: SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS POR SECRETARIAS/ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Assim, educação e saúde correspondem a 87% do pessoal e respondem por 78% da folha do município.



Contudo, registre-se que o Fundeb somente contribui com 26% da despesa, e ainda há carência de professores na rede pública municipal, quadro que se repete na saúde.

Na administração indireta, a Comlurb concentra 60% do pessoal; a Guarda Municipal, por sua vez, 23%; e a RioSaúde, 9,8% dos quadros.

Em relação ao resultado previdenciário, o cenário também é muito preocupante. O déficit anual se repete, como ocorreu sucessivamente na última década. Saltou de R\$ 342 milhões em 2018 para R\$ 664 milhões em 2019, acumulando o Funprevi um passivo atuarial na ordem de R\$ 35 bilhões.

Situação da previdência

Exercício	R\$ mil									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Previdenciárias	1.037.808	2.145.645	2.334.095	2.494.844	2.846.516	3.036.361	4.140.884	4.205.735	4.504.955	4.717.174
Despesas Previdenciárias	2.066.100	2.317.927	2.546.152	2.805.926	3.195.747	3.522.883	4.075.591	4.545.790	4.847.865	5.382.105
Resultado Previdenciário	(1.028.293)	(172.282)	(212.057)	(311.082)	(349.230)	(486.522)	65.293	(340.055)	(342.910)	(664.931)

Fonte: Contas de Governo de 2010 a 2019



Ou seja, despesas com pessoal e previdenciárias sufocam o Rio de Janeiro e precisam ser imediatamente enfrentadas, com uma organização administrativa mais eficiente e política séria de gestão de gente, redução de pessoal e reforma da previdência municipal.

A má gestão fiscal e a baixa capacidade indicada de pagamento podem tornar inviável a captação de recursos do estado e da União. Será necessário associar medidas de curto prazo, que permitam melhor gestão imediatamente, com medidas de longo prazo, que possam trazer um equilíbrio fiscal sustentável para o município.



SITUAÇÃO FISCAL

PROPOSTAS

- Diminuir a inadimplência, através da melhora nos métodos de controle e aumento da eficiência da fiscalização.
- Revisar a estrutura de cargos comissionados.
- Avaliar o quadro geral de funcionários do município, buscando eliminar ineficiências e atingir o tamanho ideal para a força de trabalho.
- Analisar contratos de terceirizados e propor renegociações ou cancelamentos, caso sejam necessários.
- Reduzir o número de secretarias, diminuindo a autarquia municipal.
- Não aumentar o financiamento de projetos em curso que já tenham orçamento definido e reavaliar políticas públicas e programas que não apresentam resultados.
- Criar programa para organizar o pagamento de passivos – quando for o caso, se valendo do leilão reverso para quitação de dívidas contraídas pelas gestões passadas (DEA/restos a pagar), mas de forma absolutamente transparente, sem compadrios. Rever e suspender isenções fiscais não associadas aos motores da economia carioca, aumentando a base de arrecadação.
- Reduzir despesas com gratificações e benefícios da alta autarquia pública.
- Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, implementar sistema de gestão orçamentária por resultados.
- Aumentar a capacidade e a efetividade na cobrança da dívida ativa, dotando de maior infraestrutura e tecnologia a Procuradoria do Município.
- Reavaliar os programas de conciliação de dívidas a partir dos resultados já alcançados.
- Adotar um orçamento justo e transparente, com acompanhamento em tempo real e de forma compreensível para o cidadão contribuinte.



**GOVERNANÇA
E COMPLIANCE**



GOVERNANÇA E *COMPLIANCE*

UM BREVE DEPOIMENTO DE LUIZ LIMA

“Como nadador de longa distância e atleta de alto rendimento, aprendi a valorizar o planejamento e a disciplina para chegar aos resultados almejados. Assumir um compromisso com o futuro através das atitudes do dia a dia, persistir diante dos obstáculos e manter o foco nos resultados são pilares de minha trajetória, porque são fundamentos do meu caráter e das minhas convicções.

O prefeito da cidade do Rio de Janeiro precisa agir com disciplina e firmeza em curto prazo, buscando retomar o equilíbrio das contas públicas, para poder concretizar o objetivo maior do município, que é o bem-estar de seu povo, e garantir a segurança salarial e previdenciária dos servidores públicos.”

DIAGNÓSTICO

A máquina pública municipal carece de uma prática gerencial moderna e consistente, com procedimentos padronizados, integrados e informatizados, e de uma estratégia com regras claras de *compliance*, que reduza a distância entre o governo e as pessoas.

A administração tem que antecipar problemas, tratar as causas do sofrimento social, entender as pessoas no contexto em que elas vivem, desenvolver a sociedade considerando o ser humano como indivíduo e como integrante da coletividade. O prefeito é o responsável pelo bom funcionamento da cidade.

O cenário atual não é dos mais animadores. A organização digital é falha, não existe arquitetura unificada para diferentes áreas e serviços, o que gera pontos fracos, com informações ausentes, irrelevantes ou duplicadas.

O modelo atual da Central 1746 de Atendimento ao Cidadão, ainda que tenha o seu mérito, acaba atendendo menos da metade das ocorrências, segundo o Tribunal de Contas do Município. As demandas são diversificadas, inclusive com questões distantes da responsabilidade municipal.

A consequência é que a qualidade da resposta é baixa, o governo não se compromete com a data de atendimento e não devolve a informação ao cidadão ao longo do processo. A tecnologia do sistema de tratamento das informações é obsoleta.

A estrutura organizacional do município, extremamente fragmentada e compartimentalizada, dificulta a implementação de políticas transversais e a atuação conjunta e direcionada através de diferentes áreas. Cargos administrativos muitas vezes são politizados. Estruturas de gestão de pessoal são descentralizadas e têm maior foco em gerir a folha de pagamentos do que de fato fazer uma distribuição eficiente do capital humano e financeiro.



Não existe ferramenta apropriada que permita o acompanhamento do plano estratégico da prefeitura e o progresso de suas metas. Atuais métodos de planejamento e gestão não conseguem coordenar esforços de forma eficiente.

Não existem planos ou parâmetros para o acompanhamento das diversas carreiras do estado. O quadro de pessoal está desmotivado, devido a incentivos mal alocados, sem consistência de critérios e que não levam em conta objetivos de longo prazo.

Muitos dos contratos para aquisição de serviços e suprimentos estão desatualizados, funcionando de forma arcaica ou com valores não alinhados às realidades do mercado e da situação financeira pública. Parcerias público-privadas são mal aproveitadas e realizadas sem o planejamento ou acompanhamento devidos. Não existe, por exemplo, estratégia clara e unificada para realização de contratos com organizações sociais.

Vivemos a era do WhatsApp, da comunicação direta e sem intermediários. Os serviços prestados à população terão que ser padronizados e acessados sem dificuldade, de forma integrada e clara. Hoje a mesma demanda é realizada através de procedimentos distintos em lugares diferentes. É necessária a construção de um sistema inteligente, que interaja com a pessoa que iniciou a demanda, conferindo certeza quanto à possibilidade do atendimento e ao prazo para a realização do serviço, e que permita a responsabilização e os meios para fiscalizar o cumprimento do compromisso assumido. O cidadão deve ser o protagonista, contribuindo com a fiscalização e a qualidade do serviço.

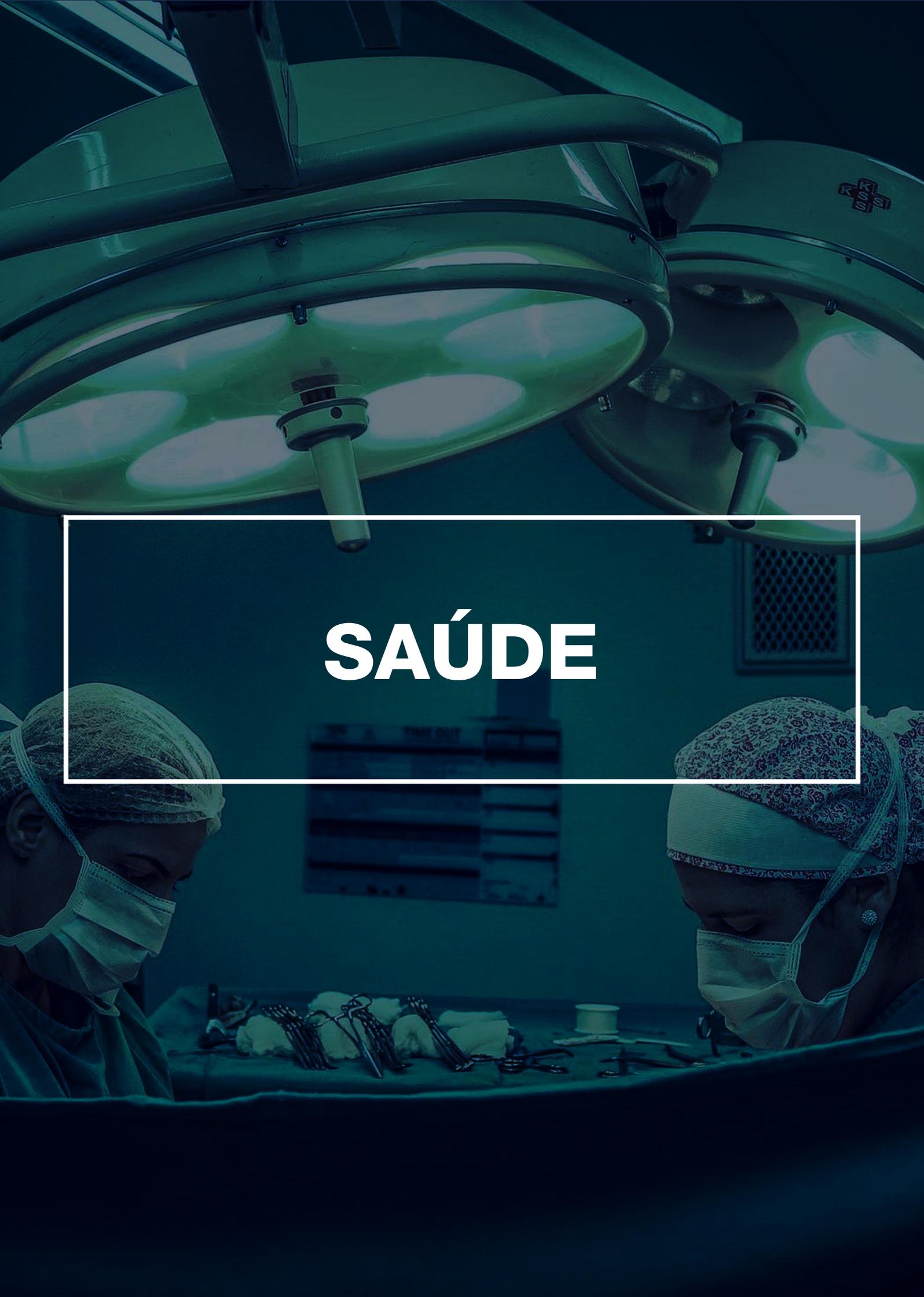
GOVERNANÇA E *COMPLIANCE*

PROPOSTAS

- Integrar estruturas de planejamento, centralizando atividades da gestão pública de natureza intersetorial.
- Posicionar o município do Rio como líder na condução de políticas públicas para a região metropolitana, através de parcerias com outras prefeituras, estado e governo federal.
- Criar estrutura de formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas para cada território distinto, com metas claras e de fácil rastreamento.
- Digitalizar processos administrativos, agilizando a oferta de serviços públicos, melhorando o controle e reduzindo o uso do papel impresso.
- Instituir princípios de gestão e indicadores de sucesso compartilhados entre as diferentes secretarias do município.
- Executar as reformas necessárias para modernizar a infraestrutura física do município.
- Criar processo de seleção para cargos-chave na administração, incluindo edital, prova e entrevistas.
- Reavaliar o plano de carreira de todo o quadro de servidores, corrigindo distorções e eliminando gastos indevidos gerados por falta de acompanhamento gerencial e falhas no sistema.



- Implementar avaliações periódicas e cursos de atualização para os servidores.
- Redefinir as funções do departamento de recursos humanos do município, otimizando a gestão e o aproveitamento do capital humano disponível.
- Reforçar canais de contato direto com o público e criar métodos de avaliação direta dos serviços oferecidos à população.
- Desenvolver formas para maior participação direta do público na tomada de decisões, especialmente dentro de cada área programática.
- Homogeneizar a prestação de serviços nos canais de atendimento já existentes, buscando eliminar ou reduzir ao máximo os atendimentos presenciais.
- Assegurar que a sociedade civil seja parte ativa no planejamento e acompanhamento do projeto para a cidade.
- Centralizar e modernizar processos de compras e a realização de contratos para aquisição de serviços, com ferramentas de acompanhamento para o corpo administrativo e também para a população.



SAÚDE



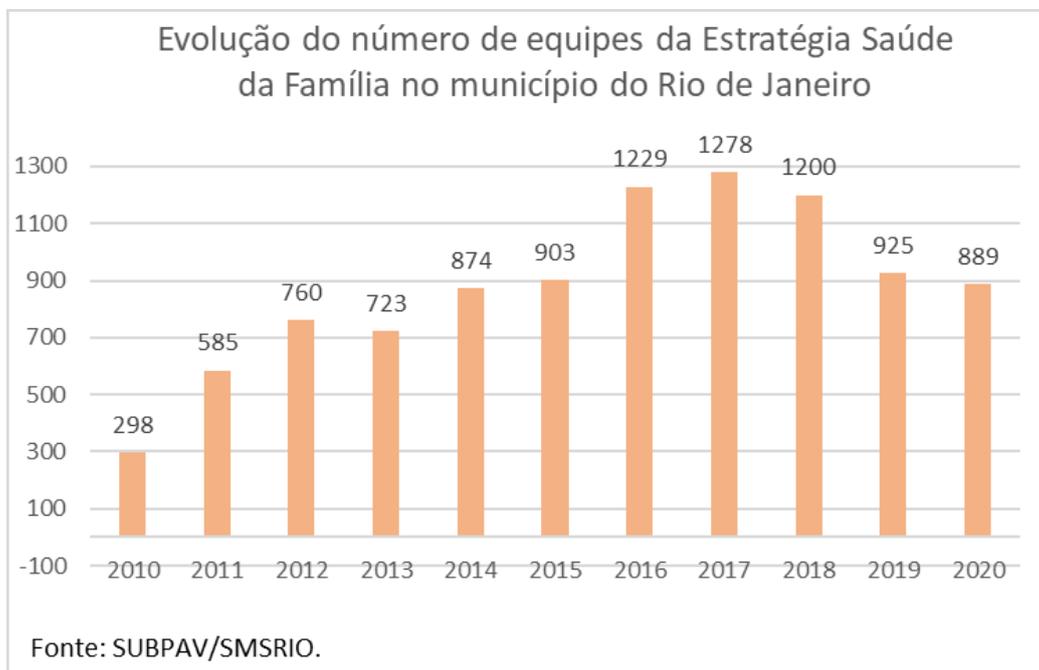
SAÚDE

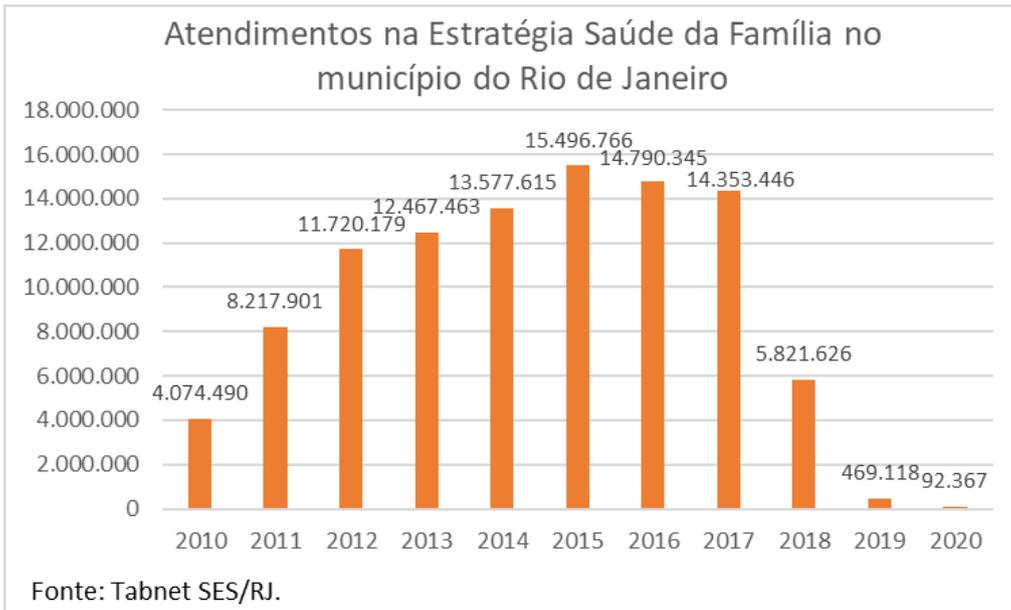
DIAGNÓSTICO

O sistema público de saúde do município do Rio de Janeiro opera em vários níveis de complexidade para atender a uma população de mais de 6 milhões de pessoas, sem falar nos pacientes de outros municípios que usam o sistema na capital. Segundo o IBGE, sete em cada dez brasileiros dependem do SUS – número que só cresce, à medida que, devido à crise, os segurados dos planos de saúde perdem condições de continuar pagando pelo serviço.

A estrutura começou a dar sinais de enfermidade grave mesmo antes da crise sanitária da covid-19, com a implementação do Plano de Reestruturação da Atenção Primária na Estratégia Saúde da Família (ESF). A ideia inicial era reduzir custos na gestão, mas o resultado foi a desarticulação da rede.

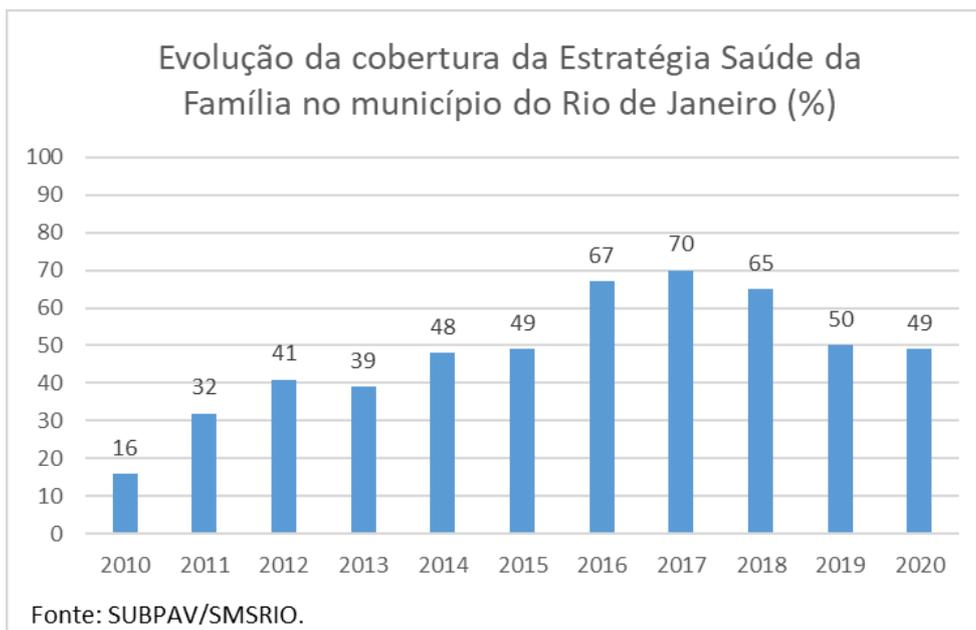
A Estratégia Saúde da Família, composta por equipes multiprofissionais, integradas por médico generalista ou especialista em saúde da família, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS), é uma das portas de entrada para o sistema. Porém, houve redução de investimentos, desativação de unidades e enxugamento de equipes, com impactos negativos para a população das camadas de média e baixa renda. Os mais pobres ficaram mais vulneráveis a uma série de doenças, em consequência da precariedade no atendimento básico, gratuito, de saúde.





No município, a rede de atendimento se espalha por uma vasta região, com unidades distribuídas em 10 Áreas Programáticas (APs). A gestão dessa complexa malha é realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) e as organizações sociais.

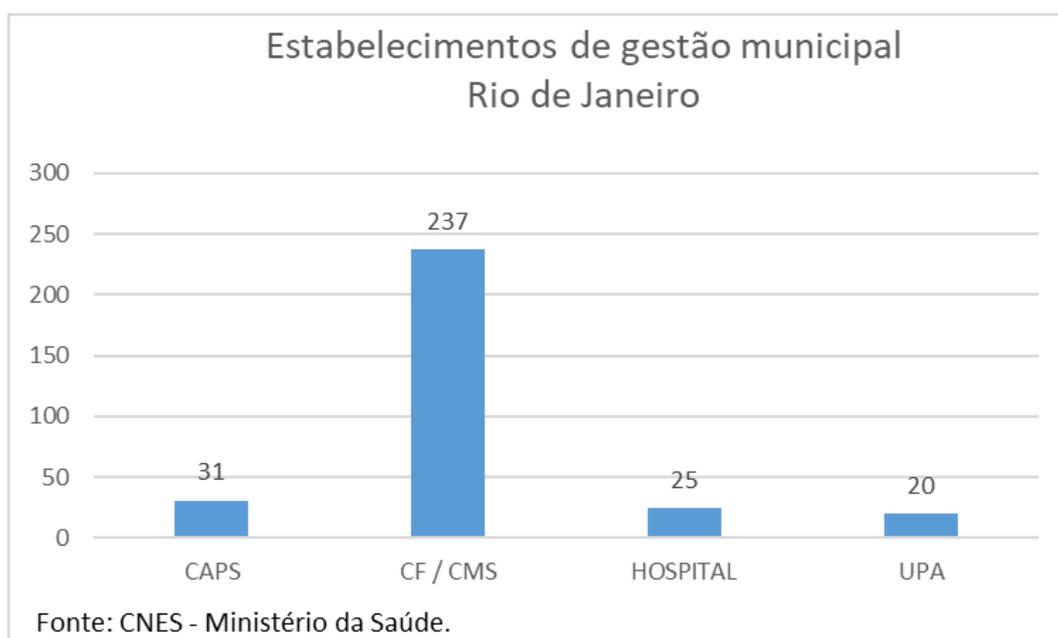
No conjunto, são 237 Clínicas de Saúde da Família, para atender a atenção primária; 20 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e 31 Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), para o nível secundário e o atendimento especializado; e 25 hospitais para atendimentos de média e alta complexidade. São 313 unidades no total, cobrindo desde a atenção primária até a média e alta complexidade.





Em 2017, o município trabalhava com 1.278 equipes, que conseguiam estender a cobertura da atenção básica para 70% da população. No ano seguinte, houve um encolhimento para 1.200 equipes, em um processo de enxugamento contínuo que chegou, em 2020, a 889 equipes, 74% do quadro inicial. A consequência imediata foi a redução do universo atendido, com a cobertura deslizando para 43,5%, segundo dados da própria Secretaria Municipal de Saúde.

Os esforços do Plano de Reestruturação da Atenção Primária para diminuir custos resultaram também em atraso nos repasses de recursos financeiros para as organizações sociais e inação da Fundação RioSaúde, deixando o sistema à beira do colapso.



Hoje, a rede carece de investimentos e melhor organização, encontrando-se fragmentada e sucateada. A articulação entre os aparelhos municipal, estadual e federal está muito aquém do necessário, e toda a estrutura se apresenta extremamente sobrecarregada devido ao atendimento aos pacientes afetados pela covid-19.

Toda a população do município está impactada, mas, de maneira geral, os problemas mais graves se concentram no interior das comunidades. A falta de saneamento básico compromete os esforços para reverter a incidência das enfermidades, e fatores geográficos também facilitam a ocorrência endêmica de arboviroses.

As taxas de tuberculose superam o triplo da média nacional, e os índices de cura estacionaram abaixo da média de outras capitais brasileiras.

O município também registra crescimento de casos de sífilis e tem problemas no enfrentamento da hepatite C, principalmente em relação a detecção e tratamento dentro da janela de tempo ideal, com baixo índice de acompanhamento após o diagnóstico.



As maiores causas de morte são as doenças cardíacas e cânceres, e registrou-se aumento dos fatores de risco associados, como diabetes, hipertensão e obesidade.

Entre a população com idade entre 10 e 39 anos, as chamadas razões externas são a primeira causa de morte no município. Os homicídios respondem por quase 30% dos óbitos, e os acidentes de trânsito contabilizam quase 15%.

SAÚDE

PROPOSTAS

- Aumentar o investimento para ampliar a capacidade de atendimento das clínicas de saúde da família, UPAs e CAPs.
- Dar a destinação prometida aos terrenos públicos hoje ociosos e abandonados, especialmente na Zona Oeste, onde a construção de clínicas da família está prevista em contratos do programa Minha Casa Minha Vida, não executados nas duas últimas gestões municipais.
- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada e organizações sociais idôneas.
- Contratar médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para ampliar o sistema.
- Capacitar os agentes comunitários de saúde, de forma que possam atender pacientes com DSTs, obesidade e outras questões, assim como lidar com a pandemia da covid-19.
- Criar um gabinete integrado para coordenar ações conjuntas entre instituições de diferentes níveis federativos.
- Otimizar o acesso a procedimentos urgentes, através de parcerias com o setor privado, e instituir gestão transparente das filas, tornando claro para a população como funciona o acesso ao sistema e como são priorizados os diferentes procedimentos.
- Aumentar investimento em sistemas de informação, permitindo maior transparência e melhor controle gerencial.
- Nivelar a qualidade do atendimento das unidades do município, começando pelas áreas de maior vulnerabilidade.
- Promover alimentação saudável para a população através de campanhas de conscientização.
- Criar centros especializados no tratamento da covid-19 e suas comorbidades.
- Recuperar as policlínicas como centros de excelência diagnóstica e para realização de procedimentos em hospital-dia, levando agilidade e funcionalidade com tempo menor entre a solicitação na rede básica, os procedimentos diagnósticos e o tratamento definitivo.
- Implementar o terceiro turno nos centros cirúrgicos dos hospitais municipais, com equipe exclusiva e níveis menores de custo já instalado. Cirurgias eletivas e de menor porte seriam realizadas entre as 17h e as 23h.

A close-up photograph of a hand holding a pencil, set against a blurred background of a classroom or lecture hall. The hand is positioned in the lower right quadrant, with the pencil pointing upwards. The background shows the silhouettes of people and a bright screen or whiteboard. A white rectangular box is superimposed over the center of the image, containing the word 'EDUCAÇÃO' in a bold, white, sans-serif font. The overall color palette is dominated by cool blues and greys, with a warm glow from the background light source.

EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO

O município do Rio de Janeiro opera uma das maiores redes escolares do continente americano, com 39.594 professores, 1.542 unidades de ensino e 641.554 alunos matriculados.

O déficit de vagas na educação infantil é um dos problemas centrais: faltam 34.480 vagas nas 531 creches e 15 mil vagas na pré-escola.

O município não conseguiu a universalização do acesso à educação básica, exigida pela Constituição Federal.

A educação fundamental tem desempenho fraco em avaliações nacionais, e mais da metade das crianças de até oito anos podem ser consideradas analfabetas funcionais.

A taxa de reprovação encontra-se em 14%, superior à média nacional, que é de 12%, e a distorção idade-ano está muito alta, prejudicando o ambiente das aulas. Existe discrepância de aprendizado em diferentes unidades da rede.

Com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), observa-se que determinadas iniciativas estão presentes nas gestões dos estados brasileiros que apresentaram melhora significativa em seus desempenhos, em 2019. Entre elas, destacam-se: expansão do ensino integral; currículos que desenvolvem o lado emocional; escolha de gestores escolares por processo seletivo, e não por nomeação política; integração entre as políticas públicas e os projetos para os ensinos fundamental e médio e uma gestão pedagógica sistêmica, envolvendo todas as etapas e investimentos em infraestrutura.

O Ideb avalia o conhecimento dos alunos em português e em matemática, além de considerar as taxas de reprovação. O Rio de Janeiro é um dos piores estados no ranking do país, com apenas 28,9% dos municípios batendo a meta do Ideb. O município do Rio teve o Ideb de 5,7, ficando abaixo da meta estabelecida, de 5,9, em seu último resultado oficial, divulgado em 2017. Os resultados do IDEB de 2019 ainda não haviam sido divulgados oficialmente quando este plano de governo foi concluído.

No magistério, os professores contratados passam por um estágio probatório de três anos antes de sua efetivação formal, mas o processo é quase exclusivamente protocolar. Raros são os casos em que o profissional não é efetivado.

A infraestrutura física é insuficiente para atender à demanda, e algumas unidades carecem de manutenção adequada. Além disso, fatores extraescolares, como violência, falta de capacitação pessoal e precariedade de meios comprometem o ensino e desestimulam os alunos em sala de aula.

Os gastos com educação estão abaixo dos níveis exigidos pela Constituição Federal, embora o orçamento para a pasta gire em torno de R\$ 7,4 bilhões. Grande parte desses recursos é destinada ao pessoal inativo.

A rede escolar paralisou as atividades no dia 16 de março, em consequência da crise sanitária. E o aplicativo SME Carioca 2020, criado pela prefeitura como alternativa às aulas presenciais, através do qual seria possível acessar atividades e conteúdo, não surtiu o efeito desejado.



Os alunos não dispõem em suas residências das estruturas familiar e tecnológica necessárias para receber e trabalhar os conteúdos de forma satisfatória.

O fenômeno não se limitou ao município do Rio de Janeiro. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que 8,7 milhões de alunos não conseguiram acessar os conteúdos de seus professores.

Não houve o preparo adequado na rede física ou no quadro de pessoal, nem para garantir a continuidade das operações durante a crise sanitária nem para garantir a volta às aulas pós-pandemia. O estresse é extremo, em uma área que já apresentava dificuldades.

Perdemos mais de seis meses preciosos para definir de que maneira iria se dar a necessária e urgente volta às aulas. Precisamos retomar imediatamente o ensino!

EDUCAÇÃO

PROPOSTAS

- Reforçar a implementação dos protocolos protetivos recomendados pelas autoridades sanitárias em todas as unidades educacionais, de forma segura para alunos, professores e outros profissionais da educação.
- Abrir as escolas finalmente e com segurança, promovendo a adaptação do espaço físico à nova realidade.
- Implantar o Plano Nacional da Educação, privilegiando a ampliação do regime de colaboração entre União, estados e municípios, o estímulo à participação das famílias no processo educativo e o investimento na formação e valorização dos professores.
- Transformar a rede escolar em um ponto focal para a coordenação de políticas públicas de diferentes áreas, e o seu principal vetor.
- Descentralizar a gestão das verbas destinadas a escolas, aumentando a participação das equipes de direção, que entendem melhor as necessidades de cada uma das unidades.
- Fomentar a carreira de professor de apoio especializado na rede pública municipal, para que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas e técnicas para maior inclusão de pessoas com deficiência.
- Capacitar professores e profissionais, investindo na educação continuada, e premiar profissionais e unidades que consigam atingir as metas de alfabetização preestabelecidas.
- Envolver a comunidade no processo de ensino, em especial valendo-se de mão de obra própria que possui para o reforço escolar no contraturno.
- Alinhar os currículos da educação infantil e do ensino fundamental.



- Tratar de forma diferenciada as unidades com pior desempenho, levando em consideração fatores externos aos alunos, como violência e localização em áreas de vulnerabilidade social.
- Aproximar a rede de educação das secretarias de Esporte, Assistência Social e Saúde, além da cultura, turismo e tecnologia, levando oportunidades e formação para as escolas e tomando-as como centros comunitários.
- Implementar o projeto Clube Escolar, com a participação das federações esportivas, clubes, terceiro setor, sociedade civil e projetos existentes nas próprias comunidades, incubados nas escolas, incentivando a prática do esporte no contraturno e estimulando o aluno com oportunidades e conhecimentos sobre as carreiras esportivas e o esporte educacional de competição, como o Intercolegial e competições afins.
- Aumentar a oferta de vagas na pré-escola, universalizando seu acesso, através da construção de novas unidades e do melhor uso do aparelho já instalado – aproveitando, por exemplo, terrenos públicos ociosos e abandonados na Zona Oeste, objetos de contratos do programa Minha Casa Minha Vida que não foram não executados nas duas últimas gestões municipais.
- Optar por transparência e objetividade na seleção dos cargos centrais de gestão dos aparelhos da educação.
- Implementar modelo de gestão baseado em resultados, com indicadores e metas bem definidas.
- Reconhecer profissionais e alunos bem avaliados.
- Oferecer modelo híbrido para garantir a continuidade das aulas durante e depois da pandemia.
- Valorizar o professor, através de aumentos na remuneração de forma progressiva e de bonificações por diminuição das taxas de reprovação e evasão, assim como por bom desempenho em testes nacionais de avaliação.
- Formar uma comissão temporária de visitas e fiscalizações para atuar em escolas e creches com o objetivo de averiguar as condições da infraestrutura das unidades de ensino, ouvir a comunidade e encaminhar propostas de solução para o Executivo municipal, a exemplo do trabalho desempenhado pelo TCM/RJ (Visita às Escolas) com a participação dos próprios alunos e professores e o uso de ferramentas tecnológicas para a troca de informações e denúncias.
- Contratação de psicopedagogo e assistentes sociais nas escolas para amparo das famílias e professores.



ECONOMIA

62
63
455
3 494
138
95 153

3
..
..
720
257





ECONOMIA

DIAGNÓSTICO

Neste plano de governo, a área temática de economia está integrada por:

- Indústria
- Comércio e serviços
- Emprego e Renda

INDÚSTRIA

DIAGNÓSTICO

O Rio de Janeiro completou 455 anos em 2020. A indústria carioca é a terceira mais importante em termos nacionais. O município é sede de algumas grandes empresas, como Petrobras, BR Distribuidora, Vale do Rio Doce, Tim, Net/Claro/Embratel, Amil, Rede Globo, Oi, Vivo, Neoenergia, Souza Cruz, GE e L'Oréal, com o seu parque tecnológico na Ilha do Fundão, Granado, Coca-Cola e Eletrobras Furnas.

Contudo, não se pode negar a existência de uma crise estrutural na cidade há décadas. O principal motivo foi a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, sem compensação significativa da União, seguida do agravamento da situação nos anos 70. Parte dos problemas se deu pela passividade dos cariocas, que nada pleitearam. Primeiro, por não acreditarem que Juscelino Kubitschek iria cumprir a promessa de construir Brasília, e menos ainda em um único mandato presidencial (mas a mudança constava da Constituição de 1946). Segundo, quando a capital foi transferida, a avaliação hegemônica era a de que Brasília não se consolidaria, e que o Rio continuaria a ser a “capital de fato”. Não foi.

O Rio perdeu política e economicamente. Uma PEC pela realização de plebiscito visando acabar com a fusão do Rio com o estado do Rio não foi aprovada, sob bombardeio dos então senadores Sergio Cabral (MDB-RJ) e Saturnino Braga (PT-RJ). Foi o fim do conceito de cidade-estado, como é Singapura, cujo porto é o mais eficiente do mundo, lidando com 1/5 da carga do planeta. A derrota política e moral do projeto destruiu também a própria identidade do município. No conceito de Sigmund Freud: a cidade não tem noção do que é.

Falta ao Rio uma unidade de propósito. A não realização do debate traz resultados terríveis. O carioca tem a mania de pensar, sobretudo, o Brasil e o mundo, e não a própria cidade. Isso provocou, por exemplo, a adoção de estratégias econômicas equivocadas. Sem governador e com prefeitos fracos, o município não gera progresso e bem-estar para os seus moradores.

O Rio precisa de algo como um Plano Marshall, o programa que reconstruiu a Europa após a Segunda Guerra Mundial. É preciso investir no aperfeiçoamento do abastecimento de água, recolhimento e tratamento de esgoto, distribuição e fornecimento de energia elétrica, tudo para tornar melhor a vida das pessoas e atrair novos negócios. A economia é parte da solução, pois vai gerar mais igualdade, empregos e estrutura produtiva para ter de quem cobrar impostos.

Dotado de natureza magnífica, ao longo de sua costa de 246,22 km, dividida em três setores (Baía de Guanabara, Oceano Atlântico e Baía de Sepetiba), onde sopram ventos marítimos, o Rio tem condições de abrigar investimentos em aerogeradores de grande potência. No mundo, estima-se que a energia eólica vai se expandir mais de 15 vezes nas próximas décadas, transformando-se em



negócios estimados de US\$ 1 trilhão. Vale mencionar, também, o potencial de geração de energia solar, sobretudo na Zona Oeste.

Além de dispor de terrenos para instalação de usinas de geração em terra, há condições favoráveis para abrigar empreendimentos *offshore*, exploração aprovada pelo Senado no final do ano passado.

O leito de baixa profundidade traz vantagem competitiva em relação a outros estados (vale lembrar que a implantação deve ocorrer entre 22 e 370 quilômetros da costa).

O Rio não trabalha direito a indústria do petróleo. A cidade não atraiu para o setor de serviços grandes empresas ligadas à exploração de petróleo e gás, como as que atuam nas áreas de engenharia e projetos. Existe na Ilha do Fundão um tanque oceânico aproveitado para desenvolver tecnologia de geração de energia a partir das ondas do mar. Contudo, não há no município outros potenciais empreendimentos nesse campo.

A cidade do Rio de Janeiro é dependente exclusivamente das águas do Rio Paraíba do Sul. A crise hídrica de 2014 acendeu o sinal de alerta, obrigando-nos a pensar a cidade nos próximos 50 anos. Tornou-se evidente que a geração de energia por outras fontes, inclusive com o aproveitamento da costa do município, é estratégica.

A periferia do Rio de Janeiro exhibe os piores resultados econômicos, se comparada com as de outras capitais dos estados do Sul e Sudeste brasileiro.

INDÚSTRIA

PROPOSTAS

- Exigir o pagamento da parte que cabe à cidade pela Lei Kandir. Estima-se que a União deva ao estado do Rio cerca de R\$ 60 bilhões. A capital irá se beneficiar com o débito quitado, já que vai ser alvo de investimentos.
- Priorizar o estabelecimento de indústrias 4.0, de alta tecnologia, em regiões onde há muito espaço para instalações, como Santa Cruz.
- Pedir licença ao governo federal para criar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município. A prefeitura abdicou de autorização anterior, que acabou resultando na abertura da ZPE de São João da Barra – Porto de Açu.
- Explorar o potencial do município para produção de energia, em especial com a construção de usinas de geração eólica em terra e *offshore*. Somente esta última modalidade cresceu quase 30% no mundo ao ano, entre 2010 e 2018, beneficiando-se de rápidas melhorias tecnológicas.
- Mirar também em outras fontes renováveis de energia, como a solar, que tem potencial de exploração sobretudo na Zona Oeste.
- Antecipar-nos preventivamente a possíveis crises hídricas, como a ocorrida em 2014, tomando as medidas necessárias para evitá-las.



COMÉRCIO E SERVIÇOS

DIAGNÓSTICO

O município tem vocação para serviços. O quadro atual de desenvolvimento de uma cidade, estado ou país depende, fundamentalmente, do ambiente de negócios. A tecnologia não tira empregos, ao contrário do que muita gente afirma. Os países mais integrados tecnologicamente têm os menores índices de desemprego. A Nigéria ou o Egito são incomparáveis com a Holanda, a Suíça ou o Japão. Na verdade, a preparação do trabalhador para mudar de atividade, através da educação, é o caminho principal. Falhamos neste item, gravemente.

As micro e pequenas empresas respondem hoje por cerca de 27% do PIB nacional. São aproximadamente 9 milhões de CNPJs, segundo o Sebrae, e esse número vem crescendo. Essas empresas são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB desse setor. No PIB da indústria, sua participação é de 23,5%; na área de serviços, de 36,3%. Fazendo uma metáfora com a ciência, elas podem ser consideradas saudáveis anticorpos do sistema de sobrevivência econômica. O Rio abriga milhares de micro e pequenas empresas e é preciso manter os pequenos negócios funcionando.

O ambiente de negócios do Rio de Janeiro não oferece ao investidor estímulos (não se fala aqui de subsídios politicamente conseguidos) para empreender. Infraestrutura, segurança, qualificação de profissionais são itens imprescindíveis atualmente. O investidor avalia, soma, diminui e decide.

Falta ao Rio mentalidade desenvolvimentista, mesmo no segmento turístico, uma atividade que assegura a um enorme número de cidades e regiões grande fluxo de capitais e pessoas. As belezas naturais da Floresta da Tijuca, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Passarela do Samba etc. são verdadeiros Midas para a exploração da atividade empresarial não poluente mais rentável do mundo.

A cidade também concentra importantes centros de pesquisa e universidades. Com a soma de acadêmicos que dispõe, poderia se tornar um *hub* científico de alta tecnologia. É o segundo maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 19% da produção científica nacional. Destaca-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que publicou 5.952 artigos em um período de quatro anos.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROPOSTAS

- Privatizar a Cidade do Samba e o Sambódromo.
- Promover uma feira do carnaval e pensar em uma universidade do samba, cujos objetivos seriam mostrar a capacidade de produção cenográfica, organização e criatividade, capacitando pessoas do Rio e de outros estados.
- Organizar *roadshows* para atrair investimentos.



- Apoiar o setor cultural e de serviços, criando o fundo municipal de investimento no setor – o que se tornou uma necessidade, devido à pandemia e suas consequências sobre a área cultural e do entretenimento.
- Estimular feiras e eventos, tornando o Rio o principal polo do setor cultural do país, com oferta variada de shows, esporte e entretenimento.
- Entre os novos negócios, desenvolver um plano de concessões de serviços, parques, equipamentos e espaços públicos para gestão e aproveitamento pela iniciativa privada, e realizar a venda de imóveis públicos e terrenos subaproveitados.
- Recuperar e urbanizar o Mercado São Sebastião, na Avenida Brasil, e outros centros distribuidores, como a Cadeg, criando novos espaços de interesse, e incentivar a abertura de outros mercados nos novos padrões internacionais em mais regiões, como Porto do Rio, Jacarepaguá, Guaratiba e Santa Cruz.
- Estabelecer, em parceria com o governo federal, a Cobal do Leblon e a de Botafogo como os principais centros de gastronomia, comércio, cultura e lazer da Zona Sul da cidade.



EMPREGO E RENDA

DIAGNÓSTICO

Nas últimas décadas, o Rio gerou menos empregos formais e obteve indicadores – sociais, na saúde e na educação – péssimos, se comparados com os de outras regiões.

O estado encerrou o terceiro trimestre deste ano com 1,287 milhão de pessoas desempregadas, quase 700 mil no município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade do Rio, só nos últimos seis meses, perdeu 120 mil postos de trabalho com carteira assinada, além de ter indicadores de renda média por habitante muito baixo em diversos bairros.

Ao todo, o estado do Rio de Janeiro tinha 7,575 milhões de pessoas ocupadas no mercado de trabalho no terceiro trimestre. Deste contingente, 39% (2,959 milhões) na informalidade.

O IBGE destaca que, entre as pessoas que estavam ocupadas, 350 mil estavam subocupadas por insuficiência de horas. Isso significa que esse grupo trabalha menos de 40 horas semanais, mas está disponível e deseja trabalhar mais horas.

A questão passa pela favela. Ali moram pessoas que fazem a engrenagem da cidade funcionar. É necessário adotar políticas públicas que levem emprego e renda para essas comunidades.

O enfrentamento da grave crise econômica vai exigir dos governos, em seus diferentes níveis, a geração de emprego e renda de maneira criativa (economia criativa), o incentivo à agricultura urbana e a reabertura de lojas em espaços comerciais que hoje estão abandonados e que precisam ser resgatados a partir do fomento à criação de novos negócios, garantindo renda e acesso ao mercado para as empresas de pequeno e médio porte.

O enfrentamento precisa acontecer com a mesma força na recuperação da cidade através de sua artéria mais importante: o entorno da Avenida Brasil, com seus bairros e moradores. A extensão do Porto do Rio a Santa Cruz, uma área sensível que comunica praticamente toda a cidade, também será a prioridade geopolítica de recuperação urbana do Rio de Janeiro.

A Avenida Brasil percorre 26 bairros, cada qual com suas características e potencialidades, suficientes para torná-la um dos principais eixos de desenvolvimento econômico do município – não só do ponto de vista imobiliário, mas também com o objetivo de criar novas oportunidades de emprego, negócios, transporte, habitação, tecnologia, turismo, cultura e lazer para milhões de cariocas que residem nas adjacências.

A valorização da região e seu entorno é essencial para atrair investimentos e democratizar a riqueza.

A geração de emprego e renda deve ser realizada articulando-se as áreas de tecnologia, cultura, esporte, serviços e turismo, associando-as à formação profissional, oferecida em regime de colaboração com outras instituições além da escola.

A ênfase pode ser o empreendedorismo cooperativo. Longe dos modelos tradicionais, de “cooperativas da prefeitura”, a proposta deve ser de autonomia, e não de submissão ao poder público. O objetivo é, partindo da lógica do mercado, implantar nos bairros incubadoras de cooperativas e de pequenos negócios, nas quais o governo atuará por tempo determinado, com orientação, crédito e formação profissional.



EMPREGO E RENDA

PROPOSTAS

- Fortalecer a ideia do empreendedorismo cooperativo como força motriz para a geração de renda, através da implantação de incubadoras de cooperativas e pequenos negócios, gerando atividade econômica, trabalho e renda para as classes sociais desfavorecidas do município do Rio de Janeiro.
- Elaborar editais, estatutos e requerimentos, bem como promover a articulação com a Junta Comercial, Receita Federal e órgãos de fiscalização ambiental e concessão de alvarás, gestão tributária, entre outros, para que cada cooperativa adquira, com a necessária agilidade, personalidade jurídica e legitimidade para produzir e exercer a atividade econômica, inclusive com abertura da conta bancária.
- Elaborar consórcios de cooperativas para operação em escala ou para permitir ganho de diversificação e sinergia.
- Oferecer financiamento nacional e/ou internacional para a doação a fundo perdido ou conceder empréstimo com carência e juros subsidiados para a aquisição de imóveis, adequações físicas, máquinas, equipamentos, tecnologia e capital de giro necessários.
- Aproveitar a grande quantidade de imóveis que se adequam aos objetivos propostos e que se encontram fechados por causa da grave crise econômica pela qual o país atravessa, transformando-os em unidades de produção, comercialização e até em escolas profissionalizantes.
- Conceder registro de propriedade aos moradores de comunidades, que, estimulados com o documento, investirão na melhoria de suas residências, favorecendo o setor de construção civil.
- Prover, em parceria com organizações profissionais, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), assistência técnica para a requalificação de imóveis em favelas.
- Simplificar as exigências do fisco para as PMEs, bem como oferecer cursos de capacitação na gestão do negócio para os empreendedores.
- Levar cursos de capacitação profissional e empreendedorismo, em parceria com órgãos públicos como a CEF, instituições privadas e organizações sócias, para os bairros ao longo da Avenida Brasil e condomínios de habitação social, como aqueles do programa federal Minha Casa Minha Vida.
- Criar e fomentar linhas de crédito para as PMEs, visto que são geradoras de emprego na economia.
- Elaborar políticas públicas que levem serviços para as favelas.
- Oferecer incentivos para que indústrias farmacêuticas voltem para o município, que no passado teve forte atuação na área e acabou perdendo laboratórios para estados como o de Goiás.



- Construir, com a iniciativa privada, parque de pesquisa, medicina e saúde ao longo da Avenida Brasil, aproveitando como referência a Fiocruz e o Fundão.
- Desenvolver centros de ensino e trabalho para capacitação da mão de obra jovem, ocupando o contraturno, em parceria com a iniciativa privada e instituições como o Sebrae.
- Incentivar, especialmente do Porto do Rio a Santa Cruz, centros de incubação de *startups* e parques tecnológicos, a exemplo da Acate, em Florianópolis (SC) – *case* conhecido de sucesso.
- Desenvolver o centro do entretenimento, cultura, vídeo e tecnologia na Zona Oeste.
- Incentivar centros comerciais no estilo *open mall* nos bairros ao longo da Avenida Brasil.
- Criar uma plataforma pública para oferta de empregos em parceria com instituições diversas e iniciativa privada.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DIAGNÓSTICO

Segundo o relatório anual de indicadores de propriedade intelectual da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) divulgado em 2018, o Brasil tem o pior desempenho entre os 76 principais escritórios do mundo responsáveis pelo registro de patentes e propriedade intelectual.

Isso ocorre porque nossa economia se fundamenta em modelos exportadores de *commodities*, tais como minérios e produtos agrícolas. Para se ter uma ideia da desigualdade dessas relações comerciais, é necessário vender quase 5 mil quilos de soja para se comprar um único Iphone. Os bens industriais produzidos em nosso território não agregam valor, ou agregam muito pouco, de tecnologia elaborada em solo pátrio. Somos tão somente montadores.

A riqueza das nações na sociedade do conhecimento deixou de ser as reservas cambiais ou a quantidade de ouro entesourado. Hoje, o bem mais valioso de um país é o seu próprio povo. Com uma educação que efetivamente cumpra sua verdadeira missão, é possível elevar um grupo expressivo de jovens ao desenvolvimento da pesquisa científica que irá dotar não só o Rio de Janeiro, mas o Brasil, do patrimônio imaterial mais valioso que pode existir: a inovação tecnológica em áreas como farmacologia, segurança, neurociências, nanotecnologia e comunicações. Quando o Rio/Brasil investe em pesquisa, está tomando uma decisão política que irá impactar radicalmente o futuro das próximas gerações.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROPOSTAS

- Usar a tecnologia para aproximar a prefeitura do cidadão, através de aplicativos de *smartphone* para receber demandas e também ouvir opiniões, valorizando a interação e registrando a criação de consensos e dissensos em modelo semelhante ao das redes sociais.
- Aprimorar o Sistema Municipal de Informática, assegurando uma maior transparência para a população, bem como para os tribunais de contas e o Ministério Público, nas atividades relativas ao planejamento orçamentário e à execução das despesas públicas do Poder Executivo municipal, conforme o Decreto nº 15.657 de 04/04/1997.
- Implantar mecanismos e ferramentas de tecnologia assistiva (TA) para garantir acessibilidade a todo o conteúdo veiculado pela prefeitura municipal em seu portal de prestação de serviços e em outros meios de comunicação com a sociedade.
- Valorizar o IplanRio, bem como os profissionais que integram a instituição.
- Desenvolver amplo programa de iniciação científica, tendo como público as crianças, jovens e adultos, seguindo as diretrizes das melhores práticas nacionais e internacionais, além de utilizar estratégias de metodologia investigativa de alta interatividade, com atividades em laboratórios plenamente equipados e fora dos muros das escolas, através de infraestrutura destinada a esse fim.



NAVES DO MILLENIUM

DIAGNÓSTICO

São espaços de acesso à tecnologia voltados à população em geral, com atendimento majoritário de crianças e jovens. Porém, os mesmos estão subutilizados, pois não se articulam com as escolas nem se organizam de forma a atender o objetivo de efetiva transformação da sociedade. Essas naves são administradas por O.S., e o pagamento pelos serviços se baseia muito mais na quantidade de pessoas atendidas do que na qualidade do atendimento. Assim, as reclamações são reprimidas pelo medo de ver o equipamento fechado – ou seja, “ruim com ele, pior sem ele”. Além disso, o valor do atendimento *per capita* pago pela prefeitura é altíssimo, os mecanismos de fiscalização são frágeis, a acessibilidade não está presente e a tecnologia assistiva (acessibilidade) é muito insuficiente. O quantitativo de unidades está muito aquém das promessas dos políticos em campanha eleitoral. O projeto precisa ser ampliado e reformulado.

NAVES DO MILLENIUM

PROPOSTAS

- Oferecer atividades voltadas ao uso de tecnologias para o desenvolvimento cognitivo e a evolução atitudinal de alunos do ensino fundamental II.
- Construir 40 naves até 2022 em escolas da rede municipal e, ao longo de dois anos, atender a totalidade de alunos do 8º e 9º anos da rede pública municipal de educação e de educação de jovens e adultos.





- Ampliar a oferta de atividades voltadas à educação integral, através das naves a serem instaladas nas escolas, e desenvolver atividades de formação para o mundo do trabalho, em especial para os jovens e adultos do terceiro turno da unidade escolar, tais como:
 - Robótica.
 - Criação de jogos.
 - Jogos educativos e recreativos.
 - Pesquisa orientada.
 - Desenvolvimento de habilidades profissionalizantes.
 - Tecnologia assistiva.
 - *Webdesign*.
 - Desenvolvimento de aplicativos.
 - Planilhas e bancos de dados.
 - Montagem de manutenção de *hardware* e *software*.



TURISMO



TURISMO

DIAGNÓSTICO

As cidades mais famosas do planeta – Paris, Nova York, Londres, Roma – foram construídas pela mão do homem. O Rio, com sua paisagem de tirar o fôlego, foi moldado pela mão de Deus. No entanto, belos cenários e monumentos mundialmente conhecidos não são capazes de movimentar, sozinhos, toda a potencialidade dessa que é a indústria que mais gera empregos no mundo.

Graças ao turismo, Portugal e Espanha deram a volta por cima. O Rio pode fazer o mesmo. Isso, porém, demanda planejamento e ações efetivas, ainda mais depois de o mundo enfrentar uma pandemia que atingiu em cheio o setor.

Antes mesmo da covid-19, já havia uma retração na atividade turística no Rio como um todo. Segundo o IBGE, o volume de atividades turísticas no Brasil, medido pela pesquisa mensal de serviços, havia recuado 23% no biênio 2016-2017. Entretanto, o impacto foi cinco vezes maior no Rio, de 11,5% – consequência direta da crise econômica do estado e da imagem negativa que aquele momento transmitia: salários do funcionalismo atrasados, falta de dinheiro para gasolina nas viaturas da PM, um ex-governador preso, manifestações de rua, intervenção federal na segurança.

O turismo é formado por uma conjunção de fatores que vão além da oferta de pontos de interesse e beleza natural. É preciso que haja, da parte do poder público, o oferecimento de segurança, transporte, limpeza e serviços eficientes. Da parte da iniciativa privada, espera-se a oferta de eventos esportivos, culturais e entretenimento. Cabe ao poder público também ajudar – e não atrapalhar – na realização desses eventos. Precisamos avançar muito nisso.

Um exemplo é o Rock in Rio, que, na sua última edição, em 2019, atraiu 700 mil pessoas, 60% delas de fora do estado. Para conseguir fazer o evento, os organizadores do maior festival de música do mundo precisaram lidar com 69 diferentes órgãos públicos (estaduais, municipais e federais) para obter licenças diversas. Em Las Vegas, onde também é realizado o Rock in Rio (sim, a marca Rio é mantida mesmo quando o festival acontece em outros países), eles lidam com apenas três! Na sua última edição, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o impacto do Rock in Rio na economia fluminense foi de R\$ 1,7 bilhão, durante os sete dias de evento.

Os eventos esportivos também são de enorme importância para a atração de turistas para a cidade, para a geração de empregos e renda e para a movimentação do comércio em geral, o que é revertido em receitas para os cofres municipais. Somos uma verdadeira academia ao ar livre: temos a Lagoa Rodrigo de Freitas, com o remo, canoagem e esportes aquáticos; nossas praias, com os esportes de areia, como o vôlei de praia, futevôlei (100% carioca), *beach tennis*, além de surfe e kitesurfe; temos a Baía de Guanabara e os esportes de vela; o turfe, em um dos mais tradicionais e belos hipódromos do mundo, a sede hípica na Lagoa; campos de polo e golfe, corrida de rua, trilhas e escaladas nos mais reconhecidos cartões postais do planeta. Uma agenda robusta de eventos dessa natureza ajuda a promover a nossa imagem.

Tendo sido o turismo o setor mais afetado pela pandemia, o futuro prefeito terá a missão de, junto com os atores do setor e articulado com os governos federal e estadual, coordenar as ações de retomada, divulgar o Rio no Brasil e no exterior, fazer *roadshows* para atrair eventos e, muito importante, criar mecanismos que reduzam a burocracia e os impostos.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entre março e setembro de 2020, o turismo brasileiro já acumulava na pandemia perdas de R\$ 182,8 bilhões em relação ao faturamento médio do período no ano anterior, dos quais R\$ 26,5 bilhões apenas no Rio de Janeiro. Pelas estimativas da Associação Brasileira da Indústria



de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ), pelo menos cinco mil trabalhadores perderam seus empregos com o fechamento de cerca de 60 hotéis na pandemia na capital fluminense. De acordo com a mesma fonte, só o cancelamento unilateral, pela prefeitura, da queima de fogos na festa do réveillon de 2021 – que poderia ter sido perfeitamente distribuída nas 20 praias da cidade, evitando aglomerações em Copacabana – representa a não ocupação de 100 mil vagas de trabalho nesse período.

A função da Riotur é promover o Rio de Janeiro como destino e caminhar lado a lado com as instituições que atuam nesse setor. Entretanto, o comportamento da atual administração em relação ao réveillon de 2021 e aos três últimos carnavais – o de 2020 não contou com nenhum subsídio da prefeitura às escolas de samba – revela uma absoluta incompreensão sobre a diferença entre gasto e investimento.

Estudo encomendado à FGV pela Apresenta Rio, associação de promotores de eventos do estado que reúne 170 associados, para cada real investido na indústria de entretenimento, 14 retornam para a sociedade. A alegação de que a prefeitura prefere investir em educação e saúde a empenhar recursos no carnaval revela uma miopia grave, pois o retorno é muito maior que o investimento.

É preciso, ainda, diversificar o calendário dos eventos oficiais, que estão concentrados em basicamente duas datas: réveillon e carnaval. Os eventos de esportes e o turismo religioso movimentam uma montanha de investimentos mundo afora, e precisam ser mais bem explorados.

Em 2021, se tudo correr bem, o município deve sediar o Masters Games, com previsão de que participem 15 mil atletas, sendo 60% de fora do Rio. Temos que cada vez mais atrair o turismo esportivo, com maratonas internacionais e competições como o Open Tennis e outras, de vôlei, golfe e muito mais – o legado olímpico está aí para ser bem aproveitado. O Rio é uma verdadeira academia ao ar livre, e ter uma agenda robusta de eventos dessa natureza ajuda a promover a imagem da cidade e seu *lifestyle*.

Considerando os impactos do coronavírus, o foco das políticas públicas para a retomada do turismo exige um planejamento muito bem elaborado, com estratégias de curto, médio e longo prazos, realizadas em conjunto com os atores do setor, os governos federal e estadual. O soerguimento econômico da cidade e milhares de empregos – que vão do piloto do avião até o vendedor do mate na praia – dependem fundamentalmente disso.

TURISMO

PROPOSTAS – O TURISMO DO RIO PÓS-PANDEMIA

- Através de ações promocionais, com ampla divulgação em campanhas online e offline, promover a redescoberta da cidade pelos próprios cariocas, a fim de estimular o turismo interno.
- Atrair turistas do próprio estado, que estejam a, no máximo, duas ou três horas de distância da capital (turismo de fuga).



- Ainda com base no turismo rodoviário, atrair visitantes da região Sudeste (ES, MG, SP).
- Investir no turístico doméstico de outras regiões do Brasil.
- Investir no turismo de nossos vizinhos sul-americanos, sobretudo argentinos (primeiro lugar da lista dos visitantes estrangeiros que mais vêm para o Rio) e chilenos (que ocupam o terceiro lugar). Os EUA estão em segundo lugar, mas o tempo de voo ainda será um problema enquanto não houver a vacina.
- Recuperar o turismo internacional. Especialistas estimam de 12 a 18 meses para a retomada desse setor; entretanto, devem-se concentrar esforços nele desde já, com olhar prospectivo, sobretudo para buscar eventos, feiras, congressos (organizados com muita antecedência). Essa é uma agenda prioritária. EUA, Canadá, Austrália e Japão não necessitam mais de visto para vir ao Brasil e, portanto, são mercados que merecem uma atenção especial.
- Criar um espaço facilitador dentro da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop), responsável pela concessão de alvarás, com o objetivo de reduzir a burocracia para que sejam realizados eventos, feiras e congressos no Rio.
- O Rio é fotogênico. Uma cidade cinematográfica por excelência. É preciso fazer com que a Rio Film Commission funcione de verdade, sendo proativa no processo. Hoje, o site do órgão sequer tem um filme de apresentação! São Paulo, que não possui a fotogenia do Rio, tem sido muito mais competente que nós nesse quesito. Temos que enviar representantes para festivais no Brasil e no exterior, visitando os grandes estúdios e canais de *streaming* do mundo, e incentivar que produções audiovisuais aconteçam na cidade. Isso não apenas vai dar imensa visibilidade ao Rio, atraindo turistas, como também irá gerar emprego e renda durante as filmagens.
- Apoiar a estratégia de fortalecimento do Aeroporto Internacional do Galeão, com a retomada dos voos internacionais e nacionais. O Rio precisa voltar a ser a porta de entrada dos turistas nacionais e internacionais, hoje perdida para São Paulo.
- Garantir segurança ostensiva nas áreas de interesse turístico, com sistema de câmeras e com guarda municipal treinada.
- Capacitar taxistas, atendentes, motoristas de aplicativos e outros profissionais, valendo-se igualmente da imensa rede de alunos das escolas públicas, para tratar o turista com cordialidade, além de disponibilizar uma plataforma gratuita para que eles se comuniquem em idioma estrangeiro, gerando oportunidades para a juventude e os trabalhadores cariocas.
- Elaborar e aperfeiçoar os roteiros históricos, temáticos, arquitetônicos, culturais e gastronômicos, bem como expandir e qualificar a sinalização turística na cidade.
- Trabalhar de forma integrada com o Ministério do Turismo e com o governo do estado, tendo em vista que a imagem do Brasil no mundo é a do Rio de Janeiro e que, se o Rio crescer, ajuda o Brasil a crescer também.
- Buscar junto aos governos estadual e federal uma solução para a conclusão da nova sede do Museu da Imagem e do Som, na Praia de Copacabana.
- Despoluir a Lagoa da Barra da Tijuca e Canal das Tachas, em parceria com os governos do estado e federal, com a concessão do saneamento da Barra e Jacarepaguá à iniciativa privada, o que permitirá que seja criada ali a nossa Cancún carioca, um novo ponto turístico de beleza sem igual e imenso potencial.



PROPOSTAS – TURISMO E CARNAVAL

- Criar os barracões da Cidade do Samba 2, no entorno da Avenida Brasil. Uma iniciativa fundamental para as escolas de samba da Série A, que desfilam na sexta e sábado de carnaval no Sambódromo.
- Funcionamento integral do Sambódromo, durante o ano inteiro, com atividades para os turistas.
- Incentivar os ensaios técnicos das escolas de samba no Sambódromo, como uma atividade de verão, de forma gratuita, aproveitando ao máximo o calendário de verão a partir de dezembro, ocupando todos os sábados e domingos de dezembro. E, a partir de janeiro, também às sextas.
- Apoiar financeiramente as escolas de samba do Rio de Janeiro, contemplando contrapartidas culturais e sociais, por parte das agremiações, para o recebimento de incentivos e verbas públicas: projetos sociais nas quadras, cursos de capacitação artística nos barracões.
- Oferecer incentivo financeiro, com base em cronograma de desembolso de recursos e prestação de contas, com o objetivo de incentivar as agremiações com um calendário sério de liberação de verbas para que as mesmas possam fazer uma gestão planejada anualmente, sem incertezas.
- Uso da Cidade do Samba, resgatando seu projeto inicial de visitação dos turistas, incluindo a liberação do local, através das obras exigidas pelos Bombeiros, sob responsabilidade da Prefeitura do Rio.
- Parceria com a iniciativa privada para construção de um restaurante temático que funcione dentro da Avenida o ano todo.
- Realização de mini-desfiles para os turistas. Além de festas para os sambistas, como lançamento dos sambas para o carnaval e outras atividades carnavalescas.
- Projeto O Samba pelo Rio, com representantes das escolas de samba em pontos turísticos e representativos da cidade, nos meses de janeiro e fevereiro, anualmente, realizando shows e contando histórias do carnaval, em parceria com a iniciativa privada.
- Projeto Samba nas escolas municipais: através dos sambas-enredo e dos enredos apresentar a cultura do carnaval carioca nas escolas da rede municipal de ensino. Trabalhando sempre com artistas das escolas nas regiões de suas agremiações, estabelecendo sinergia entre a pasta da Cultura e Educação.
- Fiscalizar e fomentar os desfiles na Intendente Magalhães, investindo em uma estrutura adequada para um espetáculo popular, mas digno para as tradicionais escolas que não estão no Sambódromo. É o lugar do verdadeiro carnaval do povo.
- Terreirão do Samba: parceria com escolas de samba e blocos para ocupação do espaço o ano inteiro. Entrada da iniciativa privada.

A photograph of a young green plant with several leaves, held gently by two hands. The plant is positioned over a mound of dark soil. The background is a blurred, dark landscape, possibly a field or garden. The overall lighting is soft and natural, suggesting an outdoor setting. A white rectangular border frames the central part of the image, containing the text.

MEIO AMBIENTE



MEIO AMBIENTE

UM BREVE DEPOIMENTO DE LUIZ LIMA

“Desde muito cedo aprendi a amar o Rio de Janeiro e a entender o quanto o coração do carioca bate mais forte diante de nossas praias, do esporte e do lazer nas areias, das áreas cobertas de árvores, das cachoeiras, da Baía de Guanabara e do pôr-do-sol que encanta tanto a nós como a todos os que nos visitam.

Como atleta olímpico e coordenador de diversos projetos de natação no mar, voltados para crianças e jovens, sempre valorizei a natureza, a balneabilidade da água e a higiene das areias. Minha paixão pela natureza da cidade do Rio se confunde com a minha personalidade.”

DIAGNÓSTICO

A maior floresta urbana do mundo fica no Rio de Janeiro. O Parque Nacional da Tijuca só existe porque, no século XIX, após longo período de devastação, a cidade começou a sofrer com a falta de água e calor extremo. Sem a proteção da vegetação, devastada para o plantio de café, os mananciais começaram a secar. Por isso, a partir de 1862, Dom Pedro II ordenou a desapropriação das fazendas e o reflorestamento do local. Foi o que salvou nossa cidade da desertificação.

Essa história ilustra a razão pela qual o meio ambiente deve ser tratado como prioridade. Porque o seu desequilíbrio, provocado pelo homem, se volta contra o próprio homem. O exemplo mais visível disso, o carioca conhece bem: quando chove forte na cidade, o Rio de Janeiro – que tem esse nome por ser cortado por diversos rios e córregos – fica debaixo d’água, há deslizamentos de encostas, acidentes, pessoas morrem. Isso ocorre devido a um acúmulo de problemas.

Diariamente, o carioca produz 10 mil toneladas de lixo, mas menos de 3% delas são recicladas. Foi um ganho para a cidade quando, em 2012, inaugurou-se o aterro sanitário de Seropédica e desativou-se o lixão de Gramacho (hoje transformado numa usina de biogás). Mas o tempo de vida do aterro é finito, sendo preciso avançarmos muito mais no tema, inclusive investindo na educação do carioca a esse respeito.

Lixo é riqueza e estamos desperdiçando uma fonte de renda, sem falar na estúpida contribuição que está sendo dada para a destruição do nosso próprio habitat.

País que mais recicla no mundo, segundo a OCDE, a Alemanha consegue reaproveitar 65% de todos os resíduos sólidos que produz (no Brasil, esse percentual é de apenas 3%). Lá, como em todos os países da Europa, há contêineres de cores específicas para a separação dos resíduos e calendários de coleta. O não cumprimento das regras gera multas pesadas.

Enquanto em vários países do mundo a indústria da reciclagem gera milhares de empregos, aqui ela carece de material e insumos – que estão se acumulando nos rios e encostas. Criar espaços interativos nas comunidades, que remunerem as



peças pelos resíduos encaminhados corretamente, é o caminho. Com a lei que impõe às empresas a responsabilidade pelo correto descarte dos resíduos que elas geram, conhecida como “logística reversa”, é possível remunerar os catadores, possibilitando a geração de empregos e milhões em receita.

No que tange ao saneamento básico, o Rio também está longe de um modelo de cidade maravilhosa. A privatização da Cedae e o recém-aprovado marco regulatório do saneamento básico são oportunidades para resolver esse problema. Segundo dados de 2019 do Instituto Trata Brasil, embora 94% da população de área regular da capital fluminense receba água encanada e 85,1% tenha coleta de esgoto, apenas 42,9% dele são tratados.

A promoção, em parceria com o estado e o governo federal, da despoluição de mananciais hídricos importantes, entre os quais as Lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, será fundamental para a retomada do nosso turismo. Quando for limpa, a Lagoa de Marapendi, por exemplo, além de ter recuperadas sua fauna e sua flora nativas, vai se transformar num ativo turístico inigualável.

O marco regulatório do saneamento significa, ainda, a possibilidade de o carioca ter outra fonte de água que não seja apenas o reservatório do Guandu, posto que o rio Paraíba do Sul se encontra em situação-limite, como se viu na crise hídrica de 2014 e mais recentemente no episódio da geosmina, no início de 2019.

Tais iniciativas não podem estar desconectadas da discussão global sobre mudanças climáticas. A elevação do nível dos mares numa cidade litorânea como a nossa e a precipitação de temporais cada vez mais fortes são uma ameaça a médio e longo prazos – haja vista o avanço do mar em Guaratiba e região litorânea da Zona Oeste. A participação do Rio nos fóruns globais sobre o assunto ajuda os gestores a planejar ações preventivas. As experiências internacionais bem-sucedidas também nos permitem acessar ensinamentos sobre como construir cidades sustentáveis e conectadas.

Também é necessário ampliar o acesso das pessoas a áreas de lazer arborizadas e desenvolver políticas públicas de arborização urbana em parceria com as comunidades e iniciativa privada, pois isso é fundamental para a saúde física e mental.

Reduzir a disparidade na concentração de parques urbanos, localizados em sua maioria no Centro e Zona Sul, é uma meta a ser perseguida. Não se pode permitir que a pressão imobiliária – tanto a legal quanto a irregular – impeça a abertura de áreas amplas de lazer em áreas que carecem desse tipo de equipamento. Nesse sentido, demanda atenção especial a Zona Oeste, a fim de se equilibrar o avanço urbano, inexorável.

A tarefa de conter o crescimento desordenado e as ocupações irregulares em áreas de encosta, por conta do apelo ambiental e da segurança do cidadão, obriga as autoridades ao monitoramento constante e motiva a ampliação das áreas de parques – como, por exemplo, a união do Parque dos Cabritos com o Parque da Catacumba, na Lagoa, último remanescente preservado da Mata Atlântica na região e ameaçado novamente por invasões. Demandam atenção, também, áreas como o morro da Babilônia, no Leme, Botafogo, Rocinha, Vidigal e outras comunidades, inclusive na Zona Norte. É o caso da Floresta do Camboatá, remanescente de Mata Atlântica e ameaçada pelo projeto do autódromo, embora outras quatro áreas para essa atividade esportiva sejam mais indicadas.

Também deve ser preocupação da prefeitura o cuidado com os animais. O Rio de Janeiro não possui um hospital público veterinário. Precisamos investir em campanhas de adoção, vacinação animal e castração, bem como agir rigorosamente na fiscalização da venda e do comércio de animais em feiras e eventos. Temos que apoiar as entidades de proteção e



atuar em parceria com as instituições, contribuindo com a sustentabilidade e ampliação dos projetos já desenvolvidos pela sociedade civil organizada.

O controle populacional é também uma questão de saúde pública, pois os animais podem carrear sérias zoonoses (doenças transmitidas por animais para seres humanos e vice-versa).

A educação ambiental tem um grande papel na formação de indivíduos conscientes em relação ao meio em que vivem e a sua relação com a natureza. Neste contexto, a temática educação ambiental abordada nas escolas municipais deveria inserir o tema “Tutela responsável de animais domésticos e bem-estar animal”. Crianças funcionam como agentes disseminadores de informação em suas comunidades, e cidadãos conscientes não abandonam e não maltratam os animais.

MEIO AMBIENTE

PROPOSTAS

- Iniciar programa de educação em reciclagem, disponibilizando, em caráter experimental, caixas coletoras nos bairros, com separação para vidros, plásticos, latas e papel.
- Incentivar cooperativas e catadores de material reciclável, reconhecendo-os como os grandes agentes de transformação.
- Estimular, junto às comunidades, a criação de parques de reciclagem que atuem em parceria com as escolas, para promover educação ambiental para crianças e seus pais, e reverter em renda os resíduos destinados corretamente. Nesses parques, o cidadão entrega os resíduos recicláveis, eles são precificados e o valor é depositado num cartão e utilizado para compras, estimulando a economia local.
- Reduzir substancialmente a quantidade de resíduos sólidos lançados nos aterros sanitários e o volume de resíduos segregados para a compostagem nos próximos quatro anos.
- Apoiar a instalação de unidades fabris para reciclagem das cascas do coco, inclusive em parceria com os quiosques das áreas turísticas do Rio, pois a fruta, muito consumida nas praias cariocas, é responsável por boa parte do peso da coleta de lixo. A casca do coco é inteiramente reaproveitável, e dela são extraídos os mais diversos materiais, que serão utilizados desde para a fabricação de tubos de conexão até vasos de plantas e tecidos.
- Fazer a concessão de água e saneamento nas áreas críticas, começando pela AP4 (Barra, Recreio e Jacarepaguá), nos mesmos moldes do modelo de concessão da AP5, que reúne 21 bairros da Zona Oeste do Rio, como Bangu, Campo Grande e Deodoro, onde a cobertura em esgoto saiu de 5% para uma estimativa de 55% em cinco anos. Embora a área da Zona Sul (AP1) seja considerada saneada, a verdade é que o esgoto, em sua maior parte, não é tratado, sendo lançado via emissário de Ipanema em alto-mar.
- Investir na construção da estação de tratamento da Praia de Botafogo e na coleta de esgoto despejado na região, acabando com o despejo *in natura* e contribuindo para despoluição da Baía de Guanabara.



- Reflorestar as áreas degradadas da cidade (sobretudo encostas, prevenindo desabamentos) com espécimes nativas do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados.
- Ampliar a arborização da cidade e substituir as árvores arrancadas pela atual administração.
- Fazer a manutenção adequada das mesmas e também ensinar aos moradores a cuidar da saúde das árvores urbanas em frente às suas residências. Assim, também os cidadãos se sentirão responsáveis por elas.
- Apoiar e incentivar o cultivo de hortas urbanas, com dedicação especial à de Manguinhos e região de Santa Cruz, inclusive aproveitando terrenos públicos ociosos do programa federal Minha Casa Minha Vida, que abrigam muitos hortelões deslocados de Manguinhos. Diagnosticar e prevenir riscos e vulnerabilidades da cidade frente às mudanças climáticas.
- Garantir a segurança hídrica, visando ao suprimento permanente e sustentável de água potável.
- Estimular o uso racional da água, incentivando o reuso e evitando o desperdício.
- Promover a balneabilidade das praias e a despoluição de rios e lagoas.
- Interromper o lançamento de esgoto na Praia de Botafogo, Lagoa Rodrigo de Freitas e Lagoa de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Buscar parceria com o estado, governo federal e órgãos internacionais, como o Banco Mundial, para a despoluição da Lagoa de Jacarepaguá e Canal das Tachas, no Recreio dos Bandeirantes, e para a realização de programas de saneamento em comunidades. Promover campanhas e ações efetivas para que a população não jogue lixo nos rios, córregos e encostas, com agentes comunitários e o reestabelecimento do programa Guardiões do Rio.
- Promover educação ambiental nas escolas para que as crianças e as suas famílias sejam agentes de conscientização em seus bairros e comunidades.
- Lançar o selo Escola Sustentável, a ser concedido tanto às escolas da rede municipal quanto às demais unidades escolares, sejam elas estaduais ou particulares, que preencham requisitos ambientais relacionados a carbono, resíduos, energia, recuperação, preservação e consciência ambiental.
- Investir em quadras esportivas, campos de futebol, pistas de skate, academias da terceira idade e áreas de lazer nos locais que não dispõem desse tipo de equipamento, integrando esses espaços à atividade escolar e franqueando seu acesso ao uso público.
- Fazer a manutenção adequada dos parques e jardins existentes.
- Recuperar a malha de ciclovia da cidade, abandonada na última gestão, e ampliá-la, com a criação de novas rotas de ciclovias turísticas e ciclovias de serviços, que encurtam distâncias – como ocorre, por exemplo (mas não exclusivamente), nas praias de Botafogo e do Flamengo.
- Fazer a manutenção adequada dos parques e jardins existentes.

A close-up photograph of a hand holding a vintage-style microphone. The microphone has a silver, mesh-covered head and a wooden handle. The background is dark, with some blurred elements of a recording studio, including a metal bar and other equipment. The lighting is dramatic, highlighting the hand and the microphone.

CULTURA



CULTURA

DIAGNÓSTICO

A cidade do Rio de Janeiro é um dos centros produtores e aglutinadores de arte e cultura mais importantes do Brasil, reunindo vertentes de enorme diversidade, com potencial de geração de emprego e renda evidentes. Pela sua própria vocação turística, atrai milhares de pessoas, consumidoras potenciais de arte e cultura em todas as suas formas.

Manifestações populares, incluindo o samba, a MPB, o jazz, o rock, o hip-hop, a capoeira, a concentração de atores e atrizes e suas produções, a estética variada de seus moradores, a diversidade das comunidades, as feiras de artesanato e arte de rua, os artistas plásticos presentes em mostras, coletivos e exposições, além de milhares de outras formas de expressão, fazem do Rio de Janeiro um ambiente único, atraente e absolutamente potente em termos de arte e cultura.

O município conta com um conjunto de 44 equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura, configurados da seguinte forma:

- Seis arenas culturais, denominadas arenas e areninhas, localizadas nos bairros da Penha, Pedra de Guaratiba, Madureira, Bangu, Ilha do Governador e Realengo.
- Sete lonas culturais, nos bairros de Vista Alegre, Anchieta, Guadalupe, Jacarepaguá, Campo Grande, Maré e Santa Cruz.
- Sete museus, localizados nos bairros do Centro (Gamboa, Praça Mauá), Gávea e Santa Cruz.
- Quatro teatros, localizados no Centro e no bairro de Ipanema.
- Um planetário, sediado no bairro da Gávea.
- Nove bibliotecas – sendo oito fixas, uma volante (Kombi) e um espaço de leitura –, sediadas nos bairros de Botafogo, Campo Grande, Ilha do Governador, Irajá, Tijuca, Rio Comprido, Santa Teresa, Jacarepaguá e Maré.
- Nove centros culturais, sediados nos bairros de Santa Teresa, Centro, Flamengo, Humaitá, Praça Seca, Tijuca e Barra da Tijuca.
- Um cinema, o CineCarioca, localizado no Méier, no Centro Cultural João Nogueira, antigo Imperator, em contrato da RioFilme com a Kinoplex.

Alguns desses espaços alcançam status de referência em suas respectivas áreas, como o Centro da Música Carioca Artur da Távola, o Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro, a Cidade das Artes, o MAR e o Museu do Amanhã. A gestão desses órgãos é realizada de formas variadas, tanto pela Secretaria de Cultura do Município quanto por instituições vinculadas ou cogestão com organizações da sociedade civil.

Observa-se que nem todas as regiões administrativas do município estão contempladas com equipamentos/espaços culturais. Há demanda reprimida por acesso a esses bens, o que representa um desperdício de oportunidades de transformação social, desenvolvimento local, prevenção da pobreza e marginalidade, desenvolvimento humano e profissional e geração de renda e emprego através da economia criativa.

Destaca-se o tema do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os bens de natureza material ou imaterial que, individualmente ou em conjunto, constituem referência da identidade e da memória dos diferentes grupos e manifestações culturais da cidade. Além da proteção de imóveis por seu valor individual, também conjuntos urbanos com características culturais de relevância são protegidos. Atualmente existem no Rio de Janeiro por volta de 2 mil bens



tombados e 30 áreas de proteção do ambiente cultural (APAC), além de entornos de bens tombados (AEBT), num total de aproximadamente 16 mil imóveis protegidos, e cerca de 40 bens registrados como patrimônio imaterial.

A proteção legal dos imóveis, entretanto, não é suficiente para garantir a recuperação e/ou conservação desses bens. Parte dos problemas referentes a essa conservação reside na escassez de recursos para a realização de obras e na falta de informação, por parte dos proprietários ou moradores das áreas protegidas, acerca da relevância do patrimônio cultural da cidade. Grande parte da população ainda desconhece as áreas que são protegidas e qual a importância de sua manutenção.

O tombamento não é capaz, por si só, de recuperar o patrimônio histórico. O proprietário vê o tombamento como um **ônus** maior, na medida em que passa a ter a prefeitura como copartícipe no seu patrimônio sem nada a ele agregar. É preciso redesenhar a política pública de tombamento para que ela agregue, além do ônus ao proprietário, também um bônus a ele e à cidade, o que somente surgirá com a efetiva recuperação desses imóveis, através de editais que possibilitem, por meio de parcerias entre as esferas pública e privada, restabelecer e manter tais patrimônios.

CULTURA

PROPOSTAS

Considerando a situação do país e do município após a pandemia da covid-19, é importante que a cultura seja encarada como elemento de incentivo à recuperação da economia e do desenvolvimento social.

Estabelecida como área de criação e inovação por excelência, a cultura deve atuar de forma integrada com as demais áreas afins da prefeitura, revertendo-se em geradora de emprego e renda, através de projetos e programas diferenciados.

Desta forma, reúnem-se propostas abrangentes, tais como:

- Valorizar as bibliotecas públicas como espaços privilegiados de acesso ao livro (tradicional ou eletrônico), à pesquisa e ao estudo, incrementando a utilização desses equipamentos através de intensa programação voltada à valorização da linguagem e à difusão cultural.
- Desenvolver, em parceria com a Secretaria de Educação, uma política capaz de formar uma geração de grandes leitores, partindo da premissa de que o domínio das habilidades de interpretação de texto e de comunicação escrita é o fundamento da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento humano.
- Manter os espaços culturais já existentes com vistas a garantir as condições para a realização das programações artístico-culturais, buscando a ampliação do atendimento ao público em geral e a maior articulação com a comunidade artística de seu entorno, promovendo o intercâmbio cultural e potencializando o desenvolvimento local pela esfera da economia criativa.
- Suprir as localidades ainda não atendidas por espaços culturais do município, dando prioridade àquelas com a menor oferta de serviços culturais.



- Contemplar as localidades ainda não atendidas por espaços culturais do município, preferencialmente aquelas com a menor oferta de serviços nesse setor.
- Buscar possibilidades, recursos e parcerias com a iniciativa privada para a implantação de equipamentos e ações culturais que alcancem regiões do município onde a população ainda não esteja atendida.
- Promover a manutenção corretiva e preventiva dos espaços culturais e órgãos já existentes, bem como ações em desenvolvimento.
- Promover a acessibilidade cultural, criando estratégias para garantir o acesso ao conteúdo e para o cumprimento da legislação em vigor, inclusive com a participação técnica e especializada de pessoas com deficiência na definição e desenvolvimento de recursos de acessibilidade.
- Qualificar equipes, equipamentos, artistas e produtores culturais para viabilizar o acesso do público com deficiência aos conteúdos das programações ofertadas à população, bem como dar oportunidade para que artistas com deficiência apresentem suas obras nos espaços sob responsabilidade da prefeitura.
- Qualificar trabalhadores da indústria da cultura e entretenimento, em ação conjunta com a área do turismo, para atendimento em outros idiomas (inglês e espanhol), com foco no turismo internacional.
- Implantar um sistema de avaliação dos espaços culturais e de promoção de ajustes e/ou transformações que se mostrem necessários ao longo do mandato.
- Promover a produção e o consumo de arte e cultura de forma integrada com a escola e demais níveis de educação, atuando na formação de produtores, bem como de plateia.
- Disponibilizar espaços e viabilizar ações formativas e de experimentação que potencializem o desenvolvimento, a reflexão, a criação artística e a qualificação para geração de renda através da economia criativa e da cultura *high-tech* (*gamer generation*).
- Fomentar a produção cultural e a economia criativa através da manutenção da política de incentivo fiscal e de articulação entre potenciais patrocinadores e artistas/produtores culturais inscritos para patrocínio.
- Incentivar a capacitação, formalização e geração de renda dos artistas e empreendedores criativos.
- Dar continuidade ao processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura, com a definição das diretrizes e elaboração de editais para uso dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.
- Apoiar o artesanato local (criação de pontos de venda, difusão e outras iniciativas), gerando emprego e renda.
- Criar núcleos educativos e promover ações formativas, de acordo com as culturas e interesses locais, nas diferentes regiões do município.
- Valorizar e resgatar o patrimônio artístico e cultural material e imaterial do município.



- Valorizar e fortalecer a RioFilme e a Rio Film Commission, tanto no que tange à economia criativa como ao patrimônio cultural imaterial, no âmbito do audiovisual.
- Comunicar e conscientizar os diversos agentes do poder público e demais promotores da reabilitação da cidade sobre a importância do patrimônio histórico, ressaltando a necessidade de buscar práticas sustentáveis que amenizem os impactos sobre o patrimônio cultural e o meio ambiente.
- Priorizar a conservação do Sítio Rio Patrimônio Mundial – Paisagem Cultural (primeira área urbana protegida no mundo) e do Cais do Valongo como Patrimônio Arqueológico da Unesco, com a implantação do Laboratório de Arqueologia Urbana (ativos de valor mundial).
- Tornar ativo o Fundo de Patrimônio Municipal, para garantir a conservação e preservação das áreas protegidas e seus espaços públicos.
- Incentivar a indústria criativa e o design como atividade produtiva e como patrimônio imaterial do Rio – carnaval, moda, cinema, teatro, festivais de arte e mídias digitais etc.
- Garantir a integridade, conservação e recuperação do patrimônio material e imaterial, promovendo ações para sua sustentabilidade econômica.
- Promover e divulgar o patrimônio cultural da cidade.
- Criar um sistema de escoramento predial em imóveis com risco de desabamento na Secretaria de Conservação.
- Implantar o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAU) com plano de gestão estruturado em objetivos, metas e ações, visando, principalmente, estabelecer dinâmica condizente com as políticas de **expansão e de desenvolvimento do município**.
- Fortalecer a linha editorial do patrimônio através do Centro Carioca de Design.
- Fortalecer o programa Negócios de Valor, com **ações de identificação, registro, salvaguarda e educação patrimonial**.
- Promover ações para a requalificação do espaço público das áreas e no entorno dos bens protegidos.
- Criar programas de educação patrimonial.
- Criar legislação para definir parâmetros para a quinta fachada, dando ênfase à volumetria das coberturas das edificações que causam impacto na paisagem.
- Aprimorar mecanismos de incentivo para uso e ocupação sustentável do patrimônio cultural edificado.
- Incentivar modelos de negócio voltados para a atração de investimentos na promoção imobiliária, com ações de conservação e valorização das áreas e dos bens protegidos.



- Preparar editais estratégicos para conjugação da recuperação e conservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social.
- Promover novas linhas de financiamento voltadas para a reabilitação de edificações protegidas, incentivando o uso residencial, em especial nas áreas de proteção do patrimônio cultural dotadas de infraestrutura.
- Aprovar, na Câmara de Vereadores, legislação que vise à reconversão de uso e requalificação dos bens protegidos.
- Elaborar e implementar um plano de socorro e incentivo aos setores de serviços, turismo, cultura, eventos, bares e restaurantes. A prefeitura será parceira desses agentes na retomada pós-pandemia e formulará estratégias conjuntas para suporte de ações na área da cultura e promoção de eventos, em parceria com promotores culturais, bares, hotéis, casas de espetáculo e restaurantes, atraindo apresentações, negócios, feiras e eventos, e também contribuindo para sua divulgação e sucesso.
- Criar polos de cultura e tecnologia voltados para a indústria do entretenimento, vocação da nossa cidade.
- Propiciar apresentações artísticas em parques, anfiteatros, espaços públicos e áreas livres da cidade, tornando a cidade viva.

The image features a dark silhouette of a bicycle against a background of a sunset or sunrise over water. The sun is low on the horizon, creating a warm, golden glow. The bicycle's frame, seat, handlebars, and front wheel are visible. A white rectangular box is superimposed over the center of the image, containing the text.

**ESPORTE, LAZER
E LEGADO
OLÍMPICO**



ESPORTE, LAZER E LEGADO OLÍMPICO

UM BREVE DEPOIMENTO DE LUIZ LIMA

“Ter espírito esportivo, a meu ver, é ser leal sem ser ingênuo. O atleta, em especial o que compete individualmente, tanto em provas de longa extensão e duração quanto em maratonas aquáticas ou provas de ciclismo, por exemplo, tende a respeitar bastante os adversários, porque sabe o quanto há de esforço empenhado em treinamento e dedicação, inclusive por parte das famílias deles. Assim, atletas são muito parceiros, porque estão diante de um perfil de treinamento notadamente exaustivo. Uma lembrança que não me sai da memória é a de Vanderlei Cordeiro de Lima: nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, ele estava liderando a maratona. Tudo apontava para sua vitória, quando um padre irlandês que assistia à competição invadiu a pista e derrubou o atleta, que já estava próximo da linha de chegada, no Estádio Panatenaico. Vanderlei perdeu o ritmo, ficou desnortado e acabou ultrapassado por outros competidores. O brasileiro, na iminência de conquistar a medalha de ouro, acabou chegando em terceiro lugar. Quem esperava um pedido de revisão da prova, aliado a uma manifestação de indignação do nosso atleta ante a frustração de perder a liderança por conta de um acontecimento tão inesperado, se surpreendeu com o Vanderlei ingressando no estádio de braços abertos, fazendo aviãozinho e comemorando com toda a força de seu coração. Aquilo foi uma lição. Ao mesmo tempo em que a delegação brasileira exigia a anulação do certame para buscar a merecida medalha de ouro, Vanderlei declarava, em contraste: ‘Está tudo bem. Estou muito feliz’.

Outro exemplo emblemático foi o velejador canadense Lawrence Lemieux, que foi condecorado com a Medalha Pierre de Coubertin pelo Comitê Olímpico Internacional na Olimpíada de Seul em 1988, por ter parado a embarcação para socorrer outros competidores, perdendo, assim, o ouro olímpico.

Falando sobre natação brasileira, um exemplo que marcou muito minha vida foi Edvaldo ‘Bala’ Valério, que fechou o revezamento 4x100m nado livre em Sidney, no ano 2000. Eu estava presente nessa Olimpíada. Edvaldo, baiano de Salvador, filho de policial militar, foi o primeiro negro a defender o Brasil na natação, modalidade olímpica que remonta a 1896. Esse atleta pegou o revezamento na quinta posição e conquistou a medalha de bronze. Por ironia do destino, em 2016, eu, como secretário nacional de Esportes, tive de doar, após os Jogos Olímpicos do Rio, duas piscinas de dimensões oficiais, uma para Manaus e outra para Salvador. Esta última foi motivo de orgulho para mim, uma vez que a capital baiana, que só tinha uma única piscina no município, passou a ter duas, e o coordenador



designado foi o próprio Edvaldo Bala. Esse atleta merecia ser tratado como herói num país como o nosso, carente de referências positivas para a juventude. Mas, de qualquer maneira, me foi possível homenagear esse ícone do esporte brasileiro.

Enfim, o que nos parece estimulante, no tocante ao desenvolvimento de estratégias formativas de valores humanos, são as possibilidades que a prática do esporte oferece quando se pensa na questão da inclusão, do multiculturalismo, do entender a razão das regras e cumpri-las, do jogo justo e limpo, da valorização da vitória por mérito, do respeito no plano das relações humanas. Os profissionais do magistério da educação física já costumam exercer uma liderança natural no alunado, e, por isso mesmo, vale lembrar que suas atitudes, dentro e fora da escola, são bastante observadas pelos jovens. Eis aí uma enorme responsabilidade. Temos convicção de que muitos, ou de forma intuitiva ou por conta de seu embasamento acadêmico, já se utilizam dos valores humanos como norte para sua atuação e fundamento de sua conduta, fazendo da quadra esportiva um espaço privilegiado para o desenvolvimento atitudinal dos estudantes, rumo a uma sociedade melhor.”

DIAGNÓSTICO

Não há, em qualquer das esferas de governo, política pública para o desenvolvimento esportivo do país. Há ações pontuais, isoladas e descoordenadas, realizadas por atores públicos, privados e do terceiro setor desalinhados de qualquer planejamento para o esporte e sua integração com as áreas da educação e, sobretudo, saúde.

A construção de equipamentos esportivos é uma solução de engenharia que, embora importante para a prática, não necessariamente induz, por si só, a formação de atletas – e de plateia tampouco. Com os grandes eventos esportivos já realizados, perdemos, lamentavelmente, a oportunidade de investir na formação de talentos e dos cidadãos, não consolidando, conseqüentemente, política pública alguma para o esporte. E mais: esses eventos inutilizaram por grandes períodos os equipamentos existentes, afastando o público antes frequentador (foi o que aconteceu, por exemplo, com o Maracanã). Dessa maneira, forma-se, quando muito, uma plateia esporádica, e não mais fiel, como no passado.

A qualidade dos esportes coletivos tradicionais do carioca entrou em declínio em todas as suas modalidades. Ao longo dos últimos anos, as competições de modalidades olímpicas como remo, natação e vôlei tornaram-se pouco atrativas, ou, como ocorreu com a vela e o turfe, desconhecidas do calendário esportivo da cidade e do cidadão. O mesmo declínio ocorreu com o futebol, especialmente com o Campeonato Carioca, e mesmo com os torneios nacionais disputados no Rio. Ademais, nenhum investimento há nos torneios de “base” (formação), ao contrário do que acontece em outras cidades. A evolução que se percebe ocorreu na prática do ciclismo, nas maratonas e em esportes radicais e de praia. Na maioria dos casos, ou são esses esportes de competição individual ou são atividades de lazer (saúde), muitos patrocinados devido à maior exposição das marcas em valorizados pontos turísticos.

Os clubes da cidade surgiram pela capacidade de unir e mobilizar as pessoas em associação – os mais tradicionais, a partir da prática e da competição esportiva, oferecendo lazer e convivência desde a infância e inserindo-se na rotina dos



bairros. Suas sedes, em geral, um dia foram ponto de referência e de encontro, além de terem proporcionado o surgimento de importantes polos comerciais no seu entorno, atraindo habitação e serviços. Podemos citar alguns exemplos, como o Fluminense, no bairro de Laranjeiras, Botafogo, no seu bairro homônimo, Flamengo, na Gávea, Jockey Club, Hípica e Militar, na Lagoa; sedes náuticas, como a do Vasco da Gama (também na Lagoa) e, no Mourisco, Urca e Aterro, late Clube e Guanabara; na Barra, Itanhangá, Marapendi, Marina; na Zona Norte, o Tijuca, América, São Cristóvão, Bonsucesso, Vasco da Gama, Olaria, Madureira; na Zona Oeste, Botafogo, em Marechal Hermes, Bangu e Campo Grande, além da Portuguesa, na Ilha do Governador. Cada qual com a sua importância histórica para a vida social do lugar e dos seus moradores. Cada um com as suas modalidades esportivas e os seus equipamentos.

Os clubes exploram escolinhas que ensinam a prática esportiva e investem grandes somas na formação de atletas em sua base para competições. Têm, portanto, sob sua guarda uma demanda enorme de jovens na infância e adolescência: cerca de 2 mil nos quatro “grandes” do futebol. E só no futebol. Considerando as categorias divididas em sub-20, sub-15 e sub-13, é grande o contingente carente de saúde e educação, porque esses indivíduos, em sua maioria, advêm dos extratos mais humildes da nossa sociedade.

Os clubes, no entanto, vêm perdendo a sua referência histórica nos bairros. Acumulam dívidas e tornam o investimento na formação (a sua essência) um sacrifício. Conseqüentemente, a maioria de suas sedes não dispõe de infraestrutura adequada, os seus espaços de treinamento estão mal aproveitados ou precisam de reforma, foi reduzida a prática de diversas modalidades nas escolinhas e em competições. Perde-se, assim, qualidade e descumprem-se obrigações sociais, trabalhistas e fiscais. Pouco se reverte para a sociedade, para o cidadão ou a cidade. Hoje, o jogo é de “perde-perde”. O declínio de bairros tradicionais e a desmobilização da sociedade guarda, sim, relação com o declínio dos clubes, desprezando o potencial neles existente. Ou seria muita coincidência?

Nota-se atualmente algum desenvolvimento nos esforços prestados pelas associações de moradores e terceiro setor, em especial nos esportes de luta, futebol e atividades lúdicas infantis – mas isso se dá de maneira isolada, não inserida em política pública alguma para o esporte nem articulada com educação e saúde.

ÁREAS DE LAZER

Aterro, Parque Madureira, Parque Olímpico, Deodoro, Quinta da Boa Vista, Maré, Lagoa e vários outros. São mais de 4 milhões de metros quadrados apenas em parques administrados pelo município – não estamos contando aqui, portanto, espaços imensos como os dos parques da Tijuca, da Pedra Branca e o Jardim Botânico, que ficam sob as esferas federal e estadual, tampouco a faixa de areia e os calçadões transformados em áreas de lazer nos fins de semana. Poucas cidades no mundo têm tamanha oferta de espaços assim.

A atividade física a céu aberto faz parte da cultura carioca desde a virada do século XIX para o XX, com a vida republicana trazendo novos ares, associando o esporte à saúde. Assim nasceu a maioria de nossas principais entidades esportivas: os clubes, cujos atletas originalmente praticavam suas modalidades ao ar livre – por exemplo, remando na Baía de Guanabara. O Rio é uma cidade naturalmente olímpica, e quanto mais a população utilizar a cidade para a prática física, mais saudável será, economizando recursos e evitando sofrimento na rede hospitalar.

Lamentavelmente, boa parte desse espaço público está abandonado (quando não desmoronando, como é o caso da ciclovia da Avenida Niemeyer). Além de ser um desperdício de dinheiro público – porque reformar é muito mais caro do que fazer manutenção –, é também um descaso com a segurança da população. Equipamentos malconservados ou destruídos também podem causar danos físicos. Além disso, é ocupando e fazendo uso dos espaços públicos que os



deixamos permanentemente vivos e seguros. Há anos uma simples caminhada no Aterro do Flamengo pode significar risco de vida. Investir em prevenção ao crime também é economicamente vantajoso: cidade insegura afasta investimentos e oportunidades, além de atacar a autoestima do cidadão.

Em relação ao chamado legado olímpico, poucas vezes se viu tamanha incompetência. Os bilhões investidos foram jogados fora, e a cidade vem pagando novamente um preço absurdo para uma manutenção pífia, numa conta que não fecha nunca.

Em termos de políticas públicas voltadas ao fomento de eventos, patrocínio de atletas de alta performance e descoberta e treinamento de novos talentos, continuamos dependendo da sorte e da boa vontade de uns poucos. A Lei de Incentivo ao Esporte, criada à semelhança da Lei de Incentivo à Cultura, não emplacou. Porque não basta criar leis, é preciso agir para que a iniciativa privada se interesse por elas. Faltam agenda e vontade de implementá-las.

Na área esportiva, é preciso estar atento, ainda, ao novo negócio surgido com os e-sports e a indústria de *games*. Não apenas pelo aspecto competitivo – fomentando a realização de grandes eventos –, mas também de olho no incentivo à indústria, capaz de gerar milhares de empregos e milhões em impostos. Atualmente, o Rio é relegado a um plano secundário, raramente sendo escolhido pelas empresas do setor, que movimentam cerca de US\$ 150 bilhões em todo o mundo, número ainda longe de seu potencial. Também no aspecto social, é preciso considerar essa nova modalidade de esporte, permitindo que as populações menos favorecidas tenham acesso a centros de treinamento.

Da mesma forma, é preciso tratar as vilas olímpicas municipais com o máximo de carinho. Criança que pratica esporte fica longe das drogas. Em 2019, a prefeitura investiu irrisórios R\$ 1 mil sob a rubrica “construção de vilas”, mesmo valor destinado a apoiar atletas de alto rendimento e a eventos e projetos para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

ESPORTE, LAZER E LEGADO OLÍMPICO

PROPOSTAS

PROJETO ACADEMIA A CÉU ABERTO

Os parques municipais e áreas de lazer, tais como calçadões e faixa de areia, receberão incentivo para uma ocupação ordenada, através de diversas modalidades esportivas e de exercícios, com uma programação definida e personalizada, como se o cidadão estivesse numa academia. O profissional de educação física será uma espécie de médico de família – e, de fato, assim vamos levar mais saúde à população carioca. Atualmente, o Rio de Janeiro lidera o ranking nacional de hipertensão, que atinge 31,7% de sua população (a média nacional fica em 25,7%). Trata-se da principal causa de morte em todo o mundo, segundo a OMS. E o melhor remédio é a prática esportiva supervisionada e orientada. A academia mais bonita do mundo já temos: é nossa própria cidade.

OCUPA RIO

Embora a segurança pública seja atribuição do governo estadual, entendemos que, dado o estado de falência institucional do Rio, a Guarda Municipal deve fazer o serviço de vigilância dos espaços públicos que a população utiliza para a prática de esportes e lazer. A ampliação do efetivo da Guarda nesses lugares será feita com recursos da exploração comercial profissional desses espaços pela iniciativa privada, bem como sua manutenção. É a melhor forma de minimizar custos e aumentar eficiência.



LINHA DE CRÉDITO PARA BIKES

O Rio conta com 77 ciclovias, 60 ciclofaixas, 30 calçadas compartilhadas e 82 vias compartilhadas, com 458 km de extensão. Não se trata apenas de lazer, mas de mobilidade urbana. A prática do ciclismo deve ser incentivada porque faz bem para o trânsito, para o meio ambiente e para a saúde. É necessário um amplo projeto educativo para que o ciclista utilize corretamente seu espaço, respeitando o pedestre, e seja respeitado pelos veículos automotores. Com a ajuda de empresas privadas, a prefeitura criará uma linha de crédito para a aquisição de bicicletas, incentivando seu uso.

Em relação à ciclovia da Avenida Niemeyer, é importante sinalizar o seguinte: trata-se de uma boa ideia, mas pessimamente executada. Debateremos tecnicamente: se ela tiver possibilidade de ser salva, vamos nos esforçar para isso. Caso contrário, será derrubada.

REVISÃO DO LEGADO OLÍMPICO

A população do Rio de Janeiro não aguenta mais gastar suas suadas economias reformando equipamentos que poderiam ter sido salvos da deterioração com a manutenção adequada. Vamos dar um choque de gestão nesse tema. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos foram uma dádiva para a cidade, e assim deveriam continuar a figurar no nosso imaginário. A iniciativa privada será chamada para explorar o legado olímpico, incluindo áreas públicas e equipamentos esportivos, diminuindo ou eliminando seus custos de manutenção, através de uma ampla licitação – as partes lucrativas “pagam” pelas deficitárias.

INCENTIVO A GRANDES EVENTOS

Todo evento esportivo relevante do ponto de vista midiático precisa estar no Rio. É propaganda positiva da cidade. Por exemplo, é possível trazer uma etapa do PGA Tour para o Rio, utilizando o campo olímpico de golfe. Esse raciocínio deve servir para várias outras oportunidades: etapa do WCT (surfe), ATP Tour (tênis, dando importância ainda maior ao Rio Open), X Games, etapas dos mundiais de natação em mar aberto, natação, ciclismo, entre outros. A agenda de eventos de alto nível gera empregos diretos e indiretos (afetando sobretudo a indústria do turismo), e promove entre os jovens a cultura esportiva.

NOVO AUTÓDROMO

O Rio precisa de um novo autódromo para recuperar grandes eventos que já abrigou, como os GPs de Fórmula 1 e Fórmula Indy. Mas esse equipamento não necessariamente precisa estar em Deodoro, onde se prevê a destruição de 200 mil árvores numa área de Mata Atlântica nativa. Nada será decidido de forma açodada, sem ampla consulta aos setores envolvidos, tecnicamente, e sobretudo à população. Se, após esse debate, Deodoro for considerado o local ideal para o novo autódromo, vamos em frente.

E-SPORTS

Pretendemos fomentar os grandes eventos da modalidade, que têm capacidade de atrair dezenas de milhares de pessoas, e criar centros de treinamento em áreas periféricas, em alguns casos aproveitando as infraestruturas das vilas olímpicas. Em relação à indústria, vamos incentivar a instalação das empresas no Rio.



LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Não basta criar uma lei de incentivo, como a que existe atualmente. É preciso fazer com que ela “pegue”. A prefeitura pode, sim, ajudar os proponentes a encontrarem os patrocinadores adequados. É bom para a cidade, para o empreendedor, para o público e para os atletas.

VILAS OLÍMPICAS

Ampliaremos a oferta de atividades e serviços através de convênios com espaços já dotados de alguma infraestrutura, como clubes, quadras de escolas de samba e instalações militares.

PROJETO CELEIRO DE CRAQUES

Vamos criar um time de “olheiros” nas vilas olímpicas e escolas, para a descoberta de novos talentos das mais diversas modalidades esportivas, através de parcerias com clubes, federações, confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro. O esporte, além de cultura e saúde, deve ser entendido também como um instrumento educacional e de transformação social num país de poucas oportunidades. Da mesma forma que os alunos serão beneficiados, o mesmo acontecerá com os professores do município, com capacitação técnica nas mais diversas modalidades. O esporte também funciona como incentivo para que as crianças e adolescentes frequentem as os estabelecimentos de ensino, mediante a exigência de um bom desempenho escolar para o prosseguimento nas atividades extracurriculares esportivas.

OLIMPÍADAS ESCOLARES E JOGOS ESCOLARES DA JUVENTUDE

Vamos propor a transformação do Rio em sede permanente das etapas nacionais dos Jogos Escolares da Juventude, trazendo estudantes de todo o país para utilizarem as instalações olímpicas cariocas, bem como de eventos regionais.

RIO PARA TODOS

A prefeitura deve incentivar a prática de esportes paralímpicos – assim como a realização de eventos nacionais e internacionais –, que em 2016 já demonstraram despertar grande interesse do público, superando inclusive o evento olímpico.

PROJETO CLUBE ESCOLAR

Propomos a consideração da escola como vetor da política pública que coaduna esporte e educação. Incentivaremos a implementação de um sistema esportivo educacional, que envolverá a participação das federações esportivas, escolas, governo, terceiro setor, sociedade civil organizada e comunidades. Atividades esportivas já desenvolvidas pelos atores comunitários poderão ser realizadas nas escolas no seu contraturno, bem como em espaços públicos, vilas olímpicas, áreas de lazer e espaços privados. O objetivo é incentivar o conhecimento dos alunos sobre as mais diversas profissões do esporte e sobre competições como o Intercolegial, gerar oportunidades junto a clubes e federações e criar um *draft* para revelação de talentos voltados às mais diversas carreiras do esporte.

**OUTRAS INICIATIVAS:**

- Investimento em espaços ociosos e abandonados, se revertidos para escola por tempo delimitado.
- Benefícios fiscais ou aluguel pela cessão de espaços físicos a projetos esportivos.
- Subsídio para campeonatos e torneios de base (formação de atletas) via federações.
- Oferta de serviços da prefeitura nas áreas de saúde e educação para os atletas em formação.
- Subsídio por profissional designado ao acompanhamento técnico escolar ou a cursos de formação pelas federações.
- Uso racional dos equipamentos olímpicos.



**SEGURANÇA
E GUARDA
MUNICIPAL**



SEGURANÇA E GUARDA MUNICIPAL

DIAGNÓSTICO

Desde 2014, quando entrou em vigor o Estatuto da Guarda Municipal (Lei Federal nº 13.022), as guardas municipais passaram a ter poder de polícia administrativa. Antes limitadas à proteção de bens públicos patrimoniais, elas ganharam 18 novas atribuições, desde o policiamento do entorno de escolas e grandes eventos até o controle da poluição sonora, prisão em flagrante e condução coercitiva, passando pelo policiamento cooperativo com demais forças de segurança e até o controle do tráfego.

Consoante o que dispõe esse ordenamento jurídico, faz-se necessário preparar a Guarda Municipal para que ela se torne futuramente uma polícia municipal, empoderando o agente.

Desde 2003, quando foi aprovado o Estatuto do Desarmamento, o uso de armas por guardas municipais é permitido em cidades acima de 50 mil habitantes, desde que haja aprovação da Câmara dos Vereadores para tal. No Rio, como isso ainda não aconteceu, nossa guarda permanece desarmada, podendo utilizar apenas equipamentos não letais. Mas isso pode e deve mudar. Defendemos que uma parte da GM-Rio seja equipada também com armas de fogo, criando um grupo especial nos moldes do que existe na polícia metropolitana de Londres, para apoio imediato aos agentes desarmados.

Estudo dos professores da FGV Paulo Arvate e André Portela, apresentado no Encontro Brasileiro de Econometria, no Rio, em dezembro de 2019, mostrou que as cidades que armaram suas guardas municipais tiveram uma redução nas taxas de homicídios: uma média de 67 mortes por 100 mil habitantes, na comparação com as cidades brasileiras cujas guardas permaneceram desarmadas.

O efeito foi ainda maior em São Paulo: queda de 65%, saindo de 60,73 homicídios por 100 mil habitantes em 2002 para 22,54, em 2012. A razão de isso acontecer é clara: só de saber que a patrulha está armada, o delinquente desiste de agir.

O contingente de PMs lotados hoje na cidade do Rio de Janeiro é de 7.400 homens e mulheres, enquanto a GM tem 7.300 agentes nas ruas.

A requalificação do efetivo, um melhor treinamento e rígidos mecanismos de controle e correição, combinados a uma gerência mais eficiente desses recursos humanos, não só permitirão o aumento da presença, da visibilidade e da proximidade do agente de polícia municipal junto ao cidadão carioca, como também provocarão impacto imediato na elevação da sensação de segurança.

Nossa política para segurança, porém, não se limita a esse aspecto do combate à violência. Em primeiro lugar, estão a prevenção, através de inteligência (big data, análise dados, georreferenciamento das manchas de violência e áreas de calor), e a consciência de que fatores sociais e urbanísticos estão na raiz do problema da criminalidade. Prevenir é fundamental e continuará a ser nosso principal desafio.

O conjunto da prefeitura – e não apenas a secretaria de Ordem Pública, a quem a GM está subordinada – tem o papel de atuar no combate à violência. Além das ações de prevenção, através de políticas públicas de educação, ação social, emprego e renda, juventude e habitação, é sabido que o delito é também influenciado pelo desenho urbano, pela limpeza e pela ordem observada na cidade.



O conceito de urbanismo tático, readequando o espaço viário e valorizando as áreas públicas, apoiado por uma política de polícia de proximidade desenvolvida pela nova Guarda Municipal (remodelada, reestruturada e melhor preparada), criará uma cidade mais amigável para seus moradores, motivando o cidadão a repensar seus hábitos nesses espaços de encontro e troca de energias, recuperando a “alma carioca” e devolvendo o Rio a seus legítimos donos.

SEGURANÇA E GUARDA MUNICIPAL

PROPOSTAS

- Analisar a possível sobreposição de serviços idênticos existentes na Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) e na Guarda Municipal, gerindo melhor os recursos financeiros e humanos, liberando mais agentes para as atividades ostensivas de segurança.
- Empoderar a Guarda Municipal, com vistas à evolução para o conceito de polícia municipal, nos moldes do permitido pelo ordenamento jurídico vigente.
- Assegurar que o comando da Guarda Municipal seja ocupado por um de seus componentes, respeitada a antiguidade e a capacidade técnica dos seus quadros, vedando nomeações externas.
- Reestruturar a Guarda Municipal de forma a adequar e alinhar suas atribuições com o que estabelece o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- Profissionalizar os canais de inteligência da Guarda, integrando-os com outras agências e ampliando o fluxo de informações recebidas, gerenciadas e transmitidas através do Centro de Operações Rio (COR).
- Considerando que a comunicação é um dos fatores preponderantes nas ações de campo, prover cada agente da guarda municipal com comunicador individual, que permita o acionamento dos meios táticos e canais técnicos necessários a cada caso concreto.
- Criar e manter grupamentos táticos armados, nos moldes daqueles existentes na polícia metropolitana de Londres, para o enfrentamento de ameaças armadas e situações complexas.
- Traçar planos de ação específicos para isolar áreas conflagradas e prover soluções preestabelecidas que contenham e resolvam de forma rápida, precisa e eficiente situações de crise.
- A partir da análise de dados georreferenciados, identificar as manchas de criminalidade e planejar as ações não apenas da GM em atividades complementares às polícias estaduais, como também de todas as pastas da prefeitura cujas intervenções ajudem a prevenir e reverter a situação de violência e insegurança.
- Considerando que o espaço público não é *res nullius*, ou seja, não se trata de uma “terra de ninguém”, atuar de modo a não permitir que pessoas que se coloquem à margem da lei degradem, usurpem ou se apropriem de seus territórios, garantindo-os (e, quando for o caso, devolvendo-os) às famílias cariocas e aos turistas que nos visitam.



- Intervir urbanisticamente (urbanismo tático) em espaços prioritários de ocorrência policial e em áreas de interesse turístico. Numa ponta, requalificando as áreas degradadas e carentes em infraestrutura e serviços públicos. Na outra, estimulando parcerias e ações conjuntas com demais órgãos de segurança nas zonas quentes de ocorrências criminais, como furtos e roubos.
- Juntamente com a Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, cadastrar e providenciar documentação e dignidade para todos os cidadãos em situação de rua, identificando também eventuais criminosos infiltrados nestes espaços.
- Atuar em apoio às ações de prevenção e combate à violência contra mulheres, crianças e idosos, através de ações próprias e/ou em apoio às polícias estaduais.
- Implementar programa com o objetivo de prevenir a criminalidade, sobretudo entre jovens, em áreas com altos índices de violência. A oferta de oficinas com foco na geração de empregos na área da economia criativa, por exemplo, é uma maneira eficaz de afastar do crime os jovens carentes.
- Em parceria com comunidades terapêuticas, criar o programa Rio contra as Drogas, uma política transversal de prevenção à violência, ampliando o escopo do que hoje existe na SEOP.
- Expandir o monitoramento por câmeras instaladas, acrescentando ao sistema maior e melhor inteligência de vídeo, além de identificar e corrigir pontos cegos.
- Estabelecer um plano de proteção ao comércio em conjunto com lojistas e polícias estaduais – não apenas com a presença da Guarda Municipal, mas também com a criação de canais técnicos específicos para o recebimento de denúncias, críticas e sugestões.
- Engajar a sociedade carioca nas ações de proteção ao meio ambiente, estabelecendo também o monitoramento aéreo das áreas de preservação, com aeronaves e drones operados pelas equipes de terra.
- Treinar toda a Guarda municipal para uso dual tanto de tecnologias não letais como de armas de fogo, considerando a doutrina do uso progressivo da força.
- Estabelecer controles rígidos da utilização e guarda dessas armas, com cofre-forte, sala de equipagem, contagem de munição etc., além dos controles sociais ativos de ouvidoria.
- Criar programas de valorização e premiação para servidores que se destaquem em ações meritórias acima do normal.

A photograph of a city street with a road sign overlay. The street is paved and has white dashed lines. In the background, there are several tall apartment buildings and a street lamp. The sky is clear and blue. The text is centered in a white box.

**CIDADE,
URBANISMO E
MOBILIDADE**



CIDADE, URBANISMO E MOBILIDADE

“Eu nasci em Campo Grande, na Estrada do Moinho. A casa ainda está lá, uma casa simples.” *Luiz Lima*

CIDADE E URBANISMO

DIAGNÓSTICO

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida como uma das mais belas e acolhedoras do mundo e, paradoxalmente, também como um destino violento e perigoso, em situação de descaso, abandono e desigualdade social extrema.

O processo de urbanização do Rio de Janeiro estabelece regiões de exclusão e segregação, impondo aos cariocas dificuldades e barreiras desnecessárias.

De acordo com Henrique Barandier, no artigo “Negligência urbanística e projeto urbano na Cidade do Rio de Janeiro”, publicado pela revista *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, trata-se de um processo de urbanização segregador, excludente e que “se caracteriza, de modo geral, pela dispersão urbana descontínua – que deixa vazios no interior da malha urbana e produz o esvaziamento de áreas consolidadas – combinada com a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, insuficiência de infraestrutura e serviços urbanos, habitações precárias autoconstruídas e informalidade crescente” (2016, p.27).

Debruçando-se sobre os problemas com lupa e olhos atentos, observa-se que uma gestão ética, honesta e transparente é capaz de trazer soluções para a maior parte deles, unindo a população e fazendo com que cariocas circulem mais, conheçam sua cidade, vivam de forma integrada, aumentando o IDH.

Com pelo menos 6,3 milhões de habitantes, de acordo com o Censo de 2010, o município está administrativamente subdividido em nove subprefeituras – por sua vez, subdivididas em 33 regiões administrativas, em um total de 163 bairros.

A maioria da população está concentrada nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, Tijuca, Realengo, Jacarepaguá, Copacabana, Barra da Tijuca, Maré, Guaratiba e Taquara. Juntos, esses 11 bairros concentram uma população de 1,5 milhões de habitantes, ainda segundo o Censo 2010.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio de Janeiro é a cidade brasileira com o maior percentual de sua população vivendo em favelas: 22,03%, perfazendo mais de 1,3 milhão de pessoas.

São 1.019 favelas, comunidades, assentamentos ou áreas irregulares abrigando essa população, que vive em situação de média a profunda vulnerabilidade social, incluindo as condições de risco iminente, de que trata o item “Prevenção de calamidades” presente neste plano de governo.



Os governos anteriores investiram em urbanização, através de programas como Favela Bairro e Morar Carioca; ainda assim, os bairros da Zona Norte e Zona Oeste não recebem atenção ou investimentos, apresentando degradação crescente e falta de infraestrutura básica.

A Zona Sul, que concentra a população mais abastada, também sofre os efeitos da desordem urbana, da falta de conservação e do descaso com aglomerados subnormais existentes.

Algumas obras e projetos, marcadamente a ciclovia, a ampliação da linha do metrô Barra e o Porto Maravilha, cujas propostas eram promover uma melhoria contínua da cidade em termos de mobilidade, reurbanização e revitalização de espaços degradados, se mostraram parcialmente ineficazes, em decorrência da execução incompleta. Mesmo antes da crise, era possível observar o abandono da região do Porto Maravilha, com os prédios vazios e desocupados, as obras inacabadas e as comunidades empobrecidas no entorno, sem desfrutarem das melhorias prometidas.

CIDADE E URBANISMO

PROPOSTAS

O Rio de Janeiro, pelo seu histórico de encantamento e de destaque em todo o mundo, pela sua paisagem inigualável, com praias, florestas, maciços, montanhas e vegetação, bem como por sua população absolutamente única, merece ações eficazes e responsáveis, realizadas através de administração transparente, contemplando todos os bairros de forma integrada e garantindo o seu título de Cidade Maravilhosa. Para tal, é preciso:

- Ter compromisso com a revisão do Plano Diretor do Município, de 2011, e com a legislação de uso do solo (abandonados na última gestão municipal), buscando integração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU), com a participação ativa da sociedade civil e de forma transparente e colaborativa, até no máximo 2022.
- Garantir a valorização, a conservação e a preservação da paisagem e natureza da cidade, adotando a marca da sustentabilidade em todas as obras, projetos e programas.
- Fiscalizar, punir e garantir o cumprimento da proibição legal de lançamento de esgoto e efluentes sem tratamento em seus rios, mares, lagos e canais.
- Promover a ampliação da arborização urbana e garantir sua gestão adequada.
- Garantir os serviços de conservação e manutenção em toda a cidade, evitando a degradação das áreas públicas.
- Investir em praças, parques e áreas coletivas, através de obras e benfeitorias, promovendo projetos e programas inclusivos, tais como atividades físicas, hortas e agricultura urbana, atividades culturais e educativas, capacitações e demais ações que gerem o sentimento de pertencimento e a apropriação da cidade e seus espaços por parte da população.
- Retomar obras inacabadas, após estudo de adequação e viabilidade, visando a geração de emprego e renda, bem como urbanização adequada.



- Implantar comissão interdisciplinar, com participação da população, voltada para a identificação de problemas, necessidades e demandas de cada bairro ou região, promovendo equidade e integração da cidade.
- Incentivar projetos de adoção ou concessão de áreas e equipamentos públicos, em parceria com a iniciativa privada, associações de moradores de bairro e a sociedade civil organizada, garantindo a preservação e melhorias em prol da cidade e da população.
- Padronizar a sinalização de todo o município, com indicações claras de direção e localização, incorporando também aspectos históricos e de valorização da memória da cidade.
- Dispensar atenção especial à construção e conservação de calçadas, incentivando o deslocamento dos pedestres por elas e garantindo acesso às lojas e comércios de rua, com atenção especial às obras de acessibilidade.
- Aplicar instrumentos estabelecidos no Estatuto das Cidades que visam garantir o direito à cidade e a função social da propriedade.
- Promover uma política urbana e habitacional justa, democrática e inclusiva, a partir do olhar sobre o território e as pessoas que ali vivem.
- Fortalecer as centralidades (antigas e novas) ao longo dos eixos de transporte de alta capacidade. Aproximar casa-trabalho.
- Divulgar de forma transparente e compreensível ao *homem médio* dados e informações sobre os valores e a localização dos gastos públicos, em conjunto com informações georreferenciadas sobre o espaço urbano, através de plataformas tecnológicas de livre acesso e acompanhamento.
- Constituir um observatório de políticas urbanas, voltado ao monitoramento das ações dos poderes Executivo e Legislativo.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Política Urbana, com participação social e transparência.
- Destinar as contrapartidas estabelecidas para a regularização fundiária urbana de interesse específico (Reurb-E – Lei Federal nº 13.465/17) para viabilizar o financiamento da regularização fundiária urbana de interesse social (Reurb-S), vinculada ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, provendo em ambos os casos assistência técnica e jurídica em parceria com instituições como o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e Defensoria Pública, além de outras.
- Valer-se dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para, em parceria com instituições e academia, implementar a Lei Federal nº 11.888, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita.



MOBILIDADE

DIAGNÓSTICO

O Rio de Janeiro é servido por um sistema estruturante de rodovias, marcadamente a Transbrasil, que, em conjunto com as linhas de trem, metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), Bus Rapid Transit (BRT) e barcas, formam a malha da circulação urbana por transporte público coletivo.

Ainda assim, além das condições precárias e das superlotações de trens, ônibus e BRT, a região metropolitana do Rio de Janeiro impõe à população o maior tempo de deslocamento do país: 49 minutos. Ou seja, o trabalhador carioca passa 17,2% da sua jornada de trabalho no trânsito.

É inconcebível obrigar um trabalhador a perder de três a quatro horas num trânsito diariamente. São 15 horas por semana em que o carioca deixa de estar com seus filhos, de ter seu momento de lazer, de se qualificar, para se ver confinado no banco do ônibus, trem ou carro, na tentativa de chegar pontualmente ao local de trabalho ou em casa, prejudicando profundamente sua qualidade de vida e a produtividade.

A ampliação da rede metroviária até a Barra da Tijuca foi um avanço, desimpedindo parcialmente o trânsito de veículos individuais, que se encontrava no limite do caos. Ao mesmo tempo, porém, se observa uma sobrecarga do BRT, com a inclusão de novas ligações e serviços e o crescimento sistemático da demanda, o que exige uma compatibilização do sistema com essa nova realidade.

Em 2010, ocorre a primeira licitação pública da história da cidade para seleção, em regime de concessão, dos consórcios de empresas que deveriam operar todas as linhas de ônibus, divididas em quatro regionais. A verdade, no entanto, é que na prática a cidade tem um mercado de provisão de transporte sem competição e sem transparência.

A ineficiência na provisão do serviço gera uma situação em que o transporte público perde passageiros tanto em períodos de crescimento econômico (compra de carros e motos) como em período de crise (tarifas altas). Ademais, a proliferação de aplicativos com oferta de mobilidade individual introduziu uma nova gama de atores que competem pelo uso da via e preferências dos passageiros.

Acrescente-se, ainda, que atualmente, em virtude da pandemia da covid-19, os sistemas de transporte público, principalmente os de baixa qualidade e alta aglomeração, se tornaram ambientes de alto risco de contágio.

Em relação à ciclovias, o Rio de Janeiro conta com vias parciais, muitas vezes sem ligação entre si e com interrupções, submetendo ciclistas, pedestres e veículos em geral a situações de perigo e acidentes.



MOBILIDADE

PROPOSTAS

- Promover estudos e conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).
- Desincentivar o uso de modos individuais, tornando o transporte público mais atrativo, dos pontos de vista de qualidade, tempo e tarifas.
- Incentivar, ainda, o deslocamento a pé e cicloviário, em conjunto com as áreas de meio ambiente e saúde, integrando objetivos de sustentabilidade.
- Garantir a melhoria do serviço do transporte público, com foco em conforto, regularidade, segurança e acessibilidade para PCD.
- Promover a gestão por resultado e monitoramento da matriz de tempos de deslocamento para transportes públicos e concessionárias.
- Contemplar pré-requisitos tecnológicos e de uso de energia limpa, definindo políticas de transporte de baixo impacto poluente em licitações para concessionárias de transporte público e buscando incentivos e parcerias para as empresas.
- Ampliar faixas exclusivas para transporte público.
- Instituir um grupo de trabalho para avaliar mix de receitas e incentivos para compor receitas tarifárias no financiamento do sistema de transporte público, reduzindo o custo para o usuário.
- Atuar de forma contínua para integrar planejamento de mobilidade e demais políticas urbanas.
- Aprimorar a capacidade de monitoramento e intervenção no sistema de transporte público com base em dados para otimizar a tomada de decisão de planejamento e fiscalização da Secretaria de Transporte e do Centro de Operações Rio (Cor).
- Considerar, a médio prazo, integração que envolva pelo menos os municípios limítrofes da região metropolitana, contemplando essas populações e a população do Rio, que encontrará facilidades para buscar empregos e ocupações nas localidades vizinhas.
- Promover integração dos modais, com prioridade para o transporte de alta capacidade.
- Promover a integração físico-operacional e tarifária, diminuindo o tempo de deslocamento e dando capilaridade à rede de transportes.
- Requalificar a rede estrutural de transportes, considerando as ligações e infraestruturas previstas no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da cidade.
- Assegurar a ampliação e consolidação dos sistemas de transporte/tráfego inteligente.



- Promover a implantação de políticas de redução de acidentes de tráfego.
- Promover a inovação aberta em colaboração com o Centro de Operações, outras secretarias e o governo do estado, envolvendo ainda sociedade civil, *startups* e academia.
- Capacitar a equipe do Escritório de Planejamento da Casa Civil para promover uma maior integração nos instrumentos de planejamento.
- Elaborar e implementar um plano diretor aquaviário até 2022, articulando a região metropolitana e a Baía de Guanabara, prevendo a destinação de espaço apropriado para um centro de controle integrado do tráfego na Baía de Guanabara e a atuação em emergências.

HABITAÇÃO





HABITAÇÃO

DIAGNÓSTICO

É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro apontou que pelo menos 15 mil pessoas estão em situação de rua na cidade do Rio. Além desse problema e das ocupações irregulares em favelas, áreas de risco, margens de rios, lagoas, manguezais, encostas e áreas de reserva e preservação ambiental, há outras questões, como: déficit habitacional, avaliado em 300 mil moradias, com projeção de aumento se medidas efetivas não forem tomadas; domicílios inadequados – moradias precárias, improvisadas ou rústicas –; coabitação; ausência de infraestrutura e saneamento; ônus excessivo com aluguel.

O município vem implementando programas habitacionais, tais como:

- Programa Morar Carioca, com construções habitacionais em favelas, com destaque para a fase final no Complexo do Alemão, e as mais de 35 mil unidades já contratadas e em fase de construção para o Morar Carioca: Minha Casa Minha Vida são exemplos desses avanços.
- Projeto Bairro Maravilha, que recuperou mais de 166 km de vias públicas, e projeto Porto Maravilha, voltado para a recuperação da área portuária da cidade.

A Zona Oeste da cidade ainda possui um contingente populacional vivendo em áreas com carências de infraestrutura urbana, como pavimentação e saneamento.

A rede de drenagem antiga e de baixa qualidade da cidade é uma das principais responsáveis pela vulnerabilidade a chuvas de médias proporções, especialmente em áreas de baixada, como Jacarepaguá, Lagoa e Maracanã.

Programas habitacionais do governo federal ofertaram na última década moradias com maior dignidade, embora concentradas em regiões que a prefeitura não dotou da infraestrutura necessária. Ou seja: a questão urbana não evoluiu no mesmo ritmo das construções habitacionais.

Foram atendidos tanto os reassentados das “obras olímpicas”, que migraram dos mais diferentes bairros e comunidades, desalojados pelo governo Eduardo Paes, quanto aquelas pessoas sorteadas pelo programa e que financiam as suas unidades, aguardando em média mais de sete anos na fila pela casa própria. Essa fila depende da produção habitacional, da capacidade de liberação de projetos junto ao governo federal – que lançou recentemente o programa Casa Verde e Amarela – ou da capacidade da prefeitura de construir um projeto próprio, com uma lógica que atenda à demanda. A lógica que permitiu, no âmbito federal, o combate ao déficit habitacional em escala alia os seguintes fatores: mercado; construção civil; agente financiador; demanda; prefeitura; governo federal.

A produção habitacional, porém, estacionou ainda no governo Eduardo Paes, dependente do programa federal (o governo de Dilma, com as “pedaladas” e outras questões, foi a causa). A Caixa Econômica Federal suspendeu novos projetos, alegando que a prefeitura não cumpriu o caderno de obrigações, sobretudo no que dizia respeito à infraestrutura de



transporte e a destinação dos terrenos públicos associados ao programa para creches e postos de saúde. Além disso, a Olimpíada priorizou os investimentos que cabiam à prefeitura, que, por isso, desprezou essas obrigações.

O governo de Eduardo Paes em oito anos ofertou aproximadamente 90 mil unidades habitacionais, considerando todas as faixas do programa federal. Já o programa municipal não alcançou 10 mil unidades.

A lógica do programa municipal era diferente da adotada pelo federal. O primeiro, financiado com recursos da prefeitura, não teve a capacidade de combater o déficit em escala, ao contrário do primeiro.

A gestão de Eduardo Paes deixou um grande passivo habitacional, obras interrompidas, não avançadas naquela gestão e tampouco pelo seu sucessor, Marcelo Crivella. Acumulam-se exemplos desse passivo: Babilônia, no Leme, onde falta ainda subir um prédio; terrenos na Mangueira; vários na região portuária, sobretudo. Trata-se de terrenos desapropriados e já invadidos. Terrenos para os quais pagou-se indenização a invasores, mas foram invadidos novamente e assim continuam.

Em quatro anos, o atual prefeito, Marcelo Crivella, não subiu um tijolo sequer. Acumula promessas não cumpridas e polêmicas. Por exemplo, a do terreno da GE no Jacarezinho, prejudicada pelo custo da descontaminação; a do terreno do Everest, clube tradicional em Campo Grande que foi desapropriado; a do terreno em Rio das Pedras, destinado ao polêmico Minha Casa Meu Professor, que não subiu, entre outras.

Há pelo menos cinco anos a prefeitura abandonou a política pública habitacional. Esse *gap* cria, hoje, uma demanda ainda maior. A fila pela habitação congelou nas entregas e cresceu nas inscrições. O déficit habitacional no município é avaliado em 300 mil moradias, com projeção de aumento se medidas efetivas não forem tomadas. Neste sentido, é urgente desenvolver uma política pública habitacional, fundada sobre os seguintes pilares:

- Regularização fundiária.
- Assistência técnica em parceria com organizações sociais, como IAB, requalificando habitações de interesse social.
- Construção de unidades com recursos do município e federais, e o exitoso trabalho de construção por mutirões que promovem os movimentos populares de habitação (são exemplos a Vila Esperança, em Curicica, que foi concluída; e um projeto na Gamboa, que se encontra estacionado).



HABITAÇÃO

PROPOSTAS

- Regularizar IPTU progressivo, outorga onerosa do direito de construir e Plano Municipal de Habitação.
- Fomentar o crescimento do sistema, por meio de serviços de assistência técnica para melhoria de habitações precárias.
- Adotar cotas sociais por bairros e medidas de zoneamento inclusivo, através de incentivo ao setor privado (oferecendo benefícios para empresas que cedam 20% das unidades imobiliárias para locação social).
- Reduzir o número de famílias que recebem *vouchers* de aluguel social e fazer andar a fila de quem espera por habitação social, através da oferta de unidades.
- Promover o desadensamento de comunidades após monitoramento cartográfico e cadastro social.
- Promover a urbanização de favelas.
- Promover a reutilização de imóveis públicos sem utilização, com reformas ou novas construções para incrementar soluções de habitação.
- Criar sistema municipal integrado de urbanização (mobilidade, habitação, espaços e serviços públicos).
- Reavaliar o zoneamento da região do Centro, passando a adotar o critério de ocupação mista, tendo em vista as mudanças de hábito provocadas pelo período de isolamento, que intensificou o *home office* e a consequente desocupação de imóveis comerciais no Centro da cidade e adjacências.
- Promover ações de incentivo ao uso habitacional nas áreas de proteção do patrimônio cultural dotadas de infraestrutura.
- Ampliar a revitalização da região central da cidade para fins habitacionais. Ocupar e/ou revitalizar imóveis vazios e subutilizados; priorizar a **área portuária**, Centro e São Cristóvão, entre outras áreas infraestruturadas, executando o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto (PHIS), cujo planejamento **já está finalizado**, mas nunca foi implementado. Reabilitar e dotar de infraestrutura o Núcleo de Regularização de Loteamentos de baixa renda da prefeitura.
- Reabilitar e fortalecer os conselhos de urbanismo e habitação, debatendo a política pública de habitação social e trabalhando em cooperação com os seus membros e órgãos de classe de arquitetos, engenheiros e movimentos sociais.
- Garantir transparência total na destinação dos recursos e no acompanhamento das obras até a entrega das chaves.
- Focar nas comunidades em áreas de risco e obras não iniciadas mas com disponibilidade dos terrenos, na região do Porto, em terrenos próprios, e na Zona Oeste, à margem da Avenida Brasil, além de no Maciço da Tijuca, Santa Teresa, Rio das Pedras, Babilônia, Rocinha, Vidigal e Copacabana.



- Ter como princípio o reassentamento na própria comunidade ou no seu entorno, respeitando o critério da territorialidade (diferente da lógica do governo Eduardo Paes, que, nas Olimpíadas migrou comunidades inteiras para áreas afastadas da Zona Oeste e não dotadas da infraestrutura necessária).
- Produzir em quatro anos cerca de 10 mil unidades com recursos da prefeitura, e buscar recursos federais que permitam a construção de mais 30 mil unidades.
- Desenvolver programas com a iniciativa privada para *mix de faixas* em terrenos públicos. Combinar empreendimentos com comércio, gerando oportunidades, empregos e a autossustentabilidade dos condomínios, realizando aluguel de espaços e instalando equipamentos públicos.
- Dar solução aos esqueletos abandonados pelas gestões de Eduardo Paes e de seu sucessor Crivella, na Francisco Bicalho e áreas do Porto, produzindo habitações voltadas a todas as classes e faixas sociais.
- Aproximar casa-trabalho.
- Aproximar o serviço público e os serviços sociais das moradias de caráter social, com transporte, limpeza urbana, empreendedorismo para desenvolver potencialidades individuais e fomentar a economia local, educação ambiental e civil e atividades no contraturno, aproveitando infraestrutura dos condomínios e terrenos públicos próximos.
- Licenciar, fiscalizar, planejar e conter o crescimento irregular.
- Urbanizar a Favela da Maré e sua margem, na Avenida Brasil.
- Revisar todos os marcos e legislação urbana alterados na gestão Crivella. Priorizar o novo plano diretor, concluindo-o e adequando a ele as normas infralegais.
- Incentivar a construção civil e a oferta de moradia, evitando superadensamento, respeitando gabaritos e limites ambientais, e alinhando as necessidades e características atualmente presentes na nova habitação e novo modo de vida.
- Rever as isenções de IPTU.
- Monitorar com tecnologia o crescimento da cidade e, com grupo especializado multifuncional, combater as construções irregulares, respeitando os limites das áreas de preservação e, prioritariamente, prevenindo a ocupação de áreas de risco.
- Preservar as grandes reservas ambientais da cidade, em especial a Floresta da Tijuca, Lagoa, Vargens, Guaratiba e as da Zona Oeste.
- Criar um programa para reforma e manutenção periódica dos condomínios de habitação social.
- Em parceria com estado e governo federal, destinar imóveis e terrenos vazios do município para produção de moradias de interesse social.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIAGNÓSTICO

Desenvolvimento social é um conceito amplo, que expande a visão de desenvolvimento como algo ligado exclusivamente a um desempenho econômico positivo, agregando outros pilares que, juntos, integram e garantem o bem-estar social e a qualidade de vida. Tais pilares são: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O desenvolvimento social pode ser mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo este o principal indicador da qualidade de vida de uma população. O IDH tem como base os seguintes critérios:

- Nível de escolaridade: fornecido por meio da média de anos de estudo da população adulta e do número esperado de anos de estudos.
- Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes.
- Nível de saúde: obtido através da expectativa de vida da população.

Para que estes indicadores sejam positivos e satisfatórios, é preciso atuar em todas as frentes e resguardar os pilares do desenvolvimento social, implementando de forma eficaz a Rede de Proteção Social, capaz de garantir um ambiente propício para o crescimento econômico e para o desenvolvimento humano.

Em última análise, é fundamental um olhar que contemple todas as camadas da população, todos os níveis sociais e todas as necessidades, pois, sobretudo em uma cidade como o Rio, cada elemento tem interface estreita com os demais.

Não se trata de assistencialismo, mas sim de estabelecer uma administração municipal que garanta harmonia e assegure direitos; que identifique e atue na mitigação da pobreza e das desigualdades; que propicie, assim, um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento econômico e social.

Neste diagnóstico, foram elencados os temas considerados prioritários para garantir as necessidades básicas da população no que tange a desenvolvimento social e direitos humanos:

- a. Implementação, com eficiência, da Rede de Proteção Social e Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro, reunindo saúde, educação e assistência social, com foco no atendimento integralizado das pessoas no contexto da família.
- b. População em situação de rua.
- c. Primeira infância.
- d. Prevenção de calamidades.
- e. Restaurantes populares.
- f. Direitos humanos.



REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

PROPOSTAS

- Conversão da unidade escolar em epicentro de toda a política social do governo, ou seja, no vértice de difusão, de maneira integrada, das ações constituintes, de forma efetiva, da Rede de Proteção Social e Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro.
- **Articulação** das políticas governamentais e equipamentos públicos, de saúde, cultura, esporte, assistência social, trabalho e renda, entre outros, tendo como foco a criança, o jovem e sobretudo a família, garantindo sinergia institucional e efetividade no gasto público.
- Organização de unidade gestora intersetorial, capaz de reunir administradores públicos com poder de decisão nas áreas acima mencionadas, capazes de se associarem com órgãos de outras esferas de governo, inclusive de outros poderes, para formular a política de desenvolvimento humano. No mesmo sentido, **execução** dos programas orientados pela estratégia preconizada pelas Redes de Proteção Social, como instâncias promotoras do atendimento integral das pessoas e das famílias.
- Desenvolvimento de tecnologia voltada ao melhor atendimento das pessoas, evitando a superposição de ações da prefeitura, que causa desperdício de dinheiro.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DIAGNÓSTICO

Ausência de política habitacional para a população em situação de rua.

Inexistência de censo ou cadastro fidedigno dessa parcela da população, que pode variar entre 5 mil e 15 mil pessoas.

De acordo com a Defensoria Pública do município, os 63 abrigos municipais oferecem 2,3 mil vagas, o que corresponderia a menos de 15% do total de pessoas em situação de rua.

Diversidade de classes de pessoas em situação de rua: portadores de doenças mentais, adictos, imigrantes e migrantes, desempregados, expulsos de suas comunidades pelo crime organizado ou habitantes efetivos das ruas, entre outros.

Os abrigos prestam atendimento ineficaz, atuando de forma paliativa, sem resolver o problema efetivamente.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PROPOSTAS

- Realizar, de forma prioritária, censo diagnóstico sobre essa população, visando à estruturação de soluções específicas para os diferentes casos, com incorporação desses registros ao Cadastro Único municipal.
- Atuar em consonância com a área de habitação, estruturando lares temporários, de acesso imediato.
- Reestruturar abrigos mantidos pela prefeitura que se encontram atualmente em situação degradada e ampliar sua atuação, com a inclusão de serviços básicos de emissão de segunda via de documentos, orientação para obtenção de emprego, capacitação e atendimento psicológico.
- Reencaminhar migrantes para suas cidades de origem, de forma orientada e humanizada.
- Treinar a Guarda Municipal para atuar, em conjunto com a assistência social, na identificação e encaminhamento da população em situação de rua, através de abordagem humanizada e eficaz.
- Tais medidas visam ao atendimento à população em situação de rua, bem como a toda a população carioca e visitantes, promovendo um ambiente urbano seguro, saneado, limpo e harmônico, afeito ao investimento e ao afluxo de pessoas, voltado para o crescimento econômico e o desenvolvimento.



PRIMEIRA INFÂNCIA

DIAGNÓSTICO

A primeira infância, compreendida entre zero e seis anos, é a etapa da vida considerada definitiva e crítica para o desenvolvimento do ser humano – tanto do ponto de vista físico quanto psicológico e cognitivo. Dessa forma, considera-se fundamental um atendimento específico, sólido e consistente para esse recorte populacional e suas famílias, contemplando ferramentas de desenvolvimento e oportunidades iguais para todos, mitigando as causas de segregação e pobreza estruturais.

O município do Rio de Janeiro firmou, em fevereiro de 2017, a adesão ao programa do governo federal Criança Feliz, com uma meta de atendimento de cerca de 4.700 beneficiários (crianças entre zero e seis anos e gestantes). Entretanto, o programa não foi devidamente implantado até a data deste diagnóstico, não havendo contratação de profissionais ou cronograma de visitas.

O município também possui, instituído por decreto, o Primeira Infância Carioca (PIC), programa municipal intersetorial citado no planejamento estratégico de 2017-2020, que, em tese, está sendo executado, mas não apresenta registros de atividades ou ações.

PRIMEIRA INFÂNCIA

PROPOSTAS

- Analisar e manter, de forma plena, ações intersetoriais municipais, como o programa Saúde na Escola e o Comitê de Erradicação do Sub-registro Civil.
- Executar integralmente o programa do governo federal Criança Feliz, ofertando os serviços e aplicando os recursos já destinados, e ampliar sua atuação de acordo com censo atualizado, tendo em vista que a situação da população pobre e vulnerável foi profundamente agravada pela pandemia e pelo isolamento social em curso.



PREVENÇÃO DE CALAMIDADES

DIAGNÓSTICO

A cidade do Rio de Janeiro concentra a maior parte da população em área de risco, havendo mais de 450 mil pessoas em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos. Este número é o maior do estado do Rio de Janeiro.

As informações relativas a pessoas/famílias desabrigadas, beneficiários de aluguel social e áreas degradadas (rios assoreados, bueiros e canais de escoamento obstruídos e barreiras e encostas sem contenção) estão desatualizadas.

A ausência de dados confiáveis dificulta a elaboração de planos e projetos, incluindo prazos e custos. Além disso, impede o estabelecimento de prioridades no planejamento, visando à otimização de recursos e mitigação de riscos.

PREVENÇÃO DE CALAMIDADES

PROPOSTAS

- Dar prosseguimento ao processo de adesão do Rio de Janeiro à campanha global promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, na sigla em inglês), que já conta com a participação de 45 municípios do estado. O Rio é um dos 16 municípios do estado que se encontram na segunda das quatro etapas previstas para sua consolidação completa como “cidade resiliente”.
- Garantir cobertura social à população de risco vítima de situação de calamidade pública, com atendimento imediato.
- Atualizar o cadastro dessa população, visando garantir os recursos para fazer frente a possíveis calamidades.
- Proceder a todas as medidas de prevenção, tais como: limpeza e desobstrução de bueiros, recuperação de solos em taludes e encostas, realocação de famílias que estejam vivendo em áreas de risco iminente (programa habitacional e/ou aluguel social).
- Criar um fundo municipal de prevenção e resposta a desastres, para recebimento de recursos.
- Executar, com os órgãos envolvidos na resposta, exercícios simulados sobre os riscos mais prevalentes.
- Realizar palestras, cursos ou workshops para os órgãos públicos e privados envolvidos na prevenção ou resposta a desastres, bem como para as comunidades situadas em áreas de risco.
- Implantar um programa de educação ambiental e reciclagem focado na prevenção de descarte de lixo, evitando reincidência na poluição e obstrução de bueiros e vias lacustres, bem como o lixo ao ar livre.



RESTAURANTES POPULARES

DIAGNÓSTICO

Os restaurantes populares, mantidos pelo governo do estado do Rio de Janeiro, foram, em sua maioria, fechados em 2016.

Esse programa é de extrema importância para garantir dignidade e segurança alimentar à população em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, existem oito restaurantes populares no município, com projeto de manutenção da prefeitura. Eles se encontram nas seguintes condições:

- Bangu – em funcionamento.
- Campo Grande – em funcionamento.
- Bonsucesso – em funcionamento.
- Madureira – em situação de abandono.
- Central do Brasil – fechado.
- Cidade de Deus – fechado.
- Irajá – fechado.
- Méier – fechado.

São servidas 7.200 refeições diariamente nos três restaurantes ativos, que funcionam de segunda a sexta-feira para café da manhã (6h às 9h) e para almoço (10h às 15h) ao custo de R\$ 0,50 (café da manhã) e R\$ 2 (almoço).

RESTAURANTES POPULARES

PROPOSTAS

- Estruturar um programa integrado de segurança alimentar e geração de emprego e renda, com base em um projeto de valorização dos pequenos produtores e empreendedores, para parcerias com restaurantes populares.
- Aproveitar a oportunidade de reunião e acolhimento de população em situação de rua para ações de censo, reencaaminhamento e oferecimento de outros auxílios.
- Integrar os restaurantes populares às universidades e escolas técnicas, formando centros de referência de combate à pobreza e à insegurança alimentar, com participação e integração de estudantes com a população em situação de vulnerabilidade social, estabelecendo um círculo virtuoso de combate às desigualdades.



DIREITOS HUMANOS

UM BREVE DEPOIMENTO DE LUIZ LIMA

No ano passado apresentei o Projeto de Lei nº 510/2019, que foi aprovado na Câmara e no Senado e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, trazendo uma importante modificação na Lei Maria da Penha, ao permitir o divórcio ou rompimento da união estável de forma quase imediata, a pedido da mulher vítima de violência doméstica. A iniciativa ganhou repercussão nacional. Minha justificativa para essa inovação na legislação do Brasil é resumida por este trecho da lei: “A violência doméstica é algo que repugna e deve ser combatida por todos os meios possíveis. Não se coaduna com os princípios morais, éticos ou quaisquer outros a prática de agressões no âmbito de um lar. Nossa Constituição Federal, em seu artigo 226, determina que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

DIAGNÓSTICO

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos os cidadãos merecem esses direitos, sem discriminação.

A garantia dos direitos humanos é um dever dos poderes públicos, considerando que a sociedade só pode se desenvolver e prosperar em um ambiente inclusivo e igualitário.

O município do Rio de Janeiro ainda apresenta elevado nível de violação de direitos e/ou violência contra populações vulneráveis, marcadamente as mulheres, população LGBTQI+ e religiões, sobretudo as de matriz africana.

A prefeitura do Rio de Janeiro assinou documentos relevantes no que tange à promoção e proteção dos direitos humanos, entre eles:

- Cidade Acessível e Direitos Humanos (2010).
- Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica (2013).
- Programa Brasil Sem Miséria (2012).
- Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola (2013).
- Plena Garantia dos Direitos da Infância e da Juventude no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (2015).

Os segmentos populacionais e temas que figuram nessa área, constituindo conselhos municipais ou merecendo atenção específica para formulações e implantações de políticas públicas, são (não exclusivamente):



- Crianças e adolescentes.
- Idosos.
- Mulheres.
- Pessoas com deficiência.
- Pessoas desaparecidas.
- LGBTQI+.
- Igualdade racial e povos tradicionais.
- Liberdade religiosa.
- Migração e refúgio.
- Trabalho escravo.

DIREITOS HUMANOS

PROPOSTAS

- Campanha para a educação da população em relação à necessidade, obrigatoriedade e benefícios sociais de viver em um ambiente onde não haja violação aos direitos humanos fundamentais.
- Garantia de manutenção estrutural dos conselhos de direitos humanos, bem como interlocução constante com seus representantes da sociedade civil, visando à formulação e fiscalização de políticas públicas correlatas.
- Manutenção de uma comissão interdisciplinar municipal de direitos humanos, visando ao atendimento das necessidades e demandas específicas dos diversos segmentos.
- Aprimoramento do MigraRio – protocolo de atendimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social para migrantes e imigrantes em solo carioca.
- Capacitação de servidores e demais agentes no sentido de entender e melhor atender os diversos públicos em suas necessidades específicas.
- Implementação de cursos profissionalizantes, em casas ou abrigos já existentes, para mulheres vítimas de violência, tendo como objetivo incentivar sua inserção em melhores condições no mercado de trabalho e, assim, ajudar a promover sua independência financeira.
- Articulação formativa com a Secretaria de Saúde, buscando interagir com as equipes de socorristas para, através de uma identificação mais eficiente, melhorar o desempenho das ações de proteção à mulher em situação de risco.
- Conscientização de professores, através de programas de desenvolvimento profissional, acerca de temas como exploração sexual e violência contra a mulher.
- Criação de grupo de trabalho verificador, para analisar e fazer cumprir a legislação (leis e decretos) voltada para a garantia de direitos, tais como os exemplificados a seguir:



- Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.
- Decreto nº 38.871/2014, criando o Grupo de Trabalho da Igualdade Racial – CEPPIR-Rio.
- Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.